

EM DEFESA

DA HUMANIDADE

Mudar a Anistia para superar a política do nós contra eles



ANISTIA
INTERNACIONAL





Em Nantes, França, em 8 de junho de 2020, protesto contra a brutalidade policial e a morte de George Floyd sob custódia da polícia.
© REUTERS/Stephane Mahe

PREFÁCIO

Somos uma humanidade única.

A pandemia de COVID-19 expôs mais uma vez a fragilidade e inadequação dos governos erguidos sobre narrativas de “nós vs. eles”, baseadas na culpabilização e no medo. A demagogia e a distorção da verdade não têm poder sobre a pandemia, que explora implacavelmente as fragilidades de nossa política e nossas sociedades.

Nos últimos anos, muitos líderes, com o respaldo de algoritmos tecnológicos e magnatas da mídia que se beneficiam da polarização crescente, investiram energia enorme em nos dividir e propor este caminho como sendo aquele que conduz a um futuro melhor.

Testemunhamos inúmeras vezes como é vazia esta visão política, que não oferece nada senão chauvinismo e miséria. Vimos como

demonizar e enfraquecer a humanidade de qualquer pessoa amesquinha todos nós. Vimos como questionar os direitos de qualquer pessoa em função de quem ela é coloca em risco os direitos de todos nós.

Sabemos, também, que a Anistia Internacional não vem erguendo a voz com força suficiente. Precisamos fazer mais para mostrar às pessoas que os direitos humanos oferecem respostas muito mais reais e convincentes que as narrativas de culpabilização.

É hora de resistir à política do “nós contra eles”, de afirmar que somos uma humanidade só. Este artigo trata de como a Anistia Internacional pode exercer seu papel nesse processo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
SEÇÃO I - ENTENDER A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO	06
1. TERRENO FÉRTIL PARA A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO	08
2. ALVOS DA DEMONIZAÇÃO	09
3. A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO DEITA RAÍZES	12
4. CONSEQUÊNCIAS PARA OS DIREITOS HUMANOS	14
O DESAFIO DA UNIVERSALIDADE: A REJEIÇÃO SELETIVA DOS DIREITOS HUMANOS	14
O DESAFIO DA SOLIDARIEDADE: A POLÍTICA SUPREMACISTA DEFINE A AGENDA	16
O DESAFIO DAS PRIORIDADES: DIREITOS HUMANOS VS. SEGURANÇA E A ECONOMIA	16
O DESAFIO DA EFETIVIDADE: OS DIREITOS HUMANOS NÃO MOBILIZAM AS MAIORIAS	17
SEÇÃO II -- RESPONDENDO À POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO	19
PRIMEIRA ABORDAGEM: ESCOLHER QUESTÕES QUE MOBILIZAM AMPLAMENTE	20
SEGUNDA ABORDAGEM: FALAR AO CORAÇÃO	22
TERCEIRA ABORDAGEM: CONSTRUIR DIVERSIDADE NO MOVIMENTO	23
QUARTA ABORDAGEM: ENFOCAR A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	24
NOTAS DE FIM	26



*Evento de redação de cartas na sede da Anistia Internacional em Seul, Coreia do Sul, 20 de dezembro de 2019.
© Amnesty International*

INTRODUÇÃO

O avanço da política da demonização nos últimos anos criou um desafio enorme para os direitos humanos.

O discurso cínico da divisão é ideologicamente oposto à ideia fundamental dos direitos humanos de que somos todos iguais, como membros da família humana. O ataque frontal contra os direitos humanos por parte daqueles que advogam a política do “nós contra eles” tem sido forte e incessante, e é essencial que as organizações de direitos humanos compreendam a natureza desse ataque e como devemos responder a ele.

Esta é a segunda edição de um texto produzido originalmente em 2017 para uso interno apenas. Quando compartilhamos a primeira edição com parceiros, eles nos disseram que era útil e pediram para compartilhá-la com outros. Por essa razão, decidimos atualizar o texto e disponibilizá-lo publicamente.

Este não é um relatório típico da Anistia Internacional. Não é um texto que procura expor ou investigar um conjunto definido de violações dos direitos humanos e fazer recomendações aos responsáveis por combater essas violações. Tampouco delinea um quadro estratégico formal e vinculativo. Ele se situa ao lado de nossos Objetivos Estratégicos atuais e tem por objetivo servir de subsídio à nossa próxima Estratégia Global.

Trata-se, em vez disso, de uma reflexão sobre o contexto em que nos encontramos e de uma constatação honesta de nossas limitações ao enfrentar esse contexto. É um aviso para nós mesmos e um conjunto de recomendações que vamos seguir.

Este documento recomenda quatro abordagens para alterar o modo como a Anistia Internacional opera. Para começar, precisamos assegurar que uma parte importante de nosso trabalho em cada país seja sobre questões de direitos humanos

que mobilizam muitas pessoas e que aborde as lutas e preocupações da maioria das pessoas na sociedade, além de promover campanhas de longo prazo que enfoquem especificamente mudanças na opinião pública.

Em segundo lugar, precisamos falar ao coração das pessoas, não apenas à sua cabeça, e apresentar narrativas contrárias às daqueles que enfraquecem os direitos humanos pela desumanização. Temos que colocar no primeiro plano nossa mensagem positiva de que todos nos beneficiamos quando avançamos unidos, em lugar de divididos – uma mensagem que desafia o cinismo deles. Precisamos nos comunicar sobre direitos humanos de uma maneira que encontre eco nas emoções das pessoas, sua identidade, seus valores, crenças e experiências vividas, além de sua razão. Precisamos expor muito claramente de que modo as ameaças aos direitos humanos constituem ameaças aos valores da sociedade.

Em terceiro lugar, precisamos incrementar nossa diversidade e assegurar que nosso movimento e as pessoas que nele trabalham reflitam a diversidade das sociedades em que atuamos e com as quais queremos nos engajar.

A quarta abordagem consiste em aumentar nosso engajamento com aqueles que buscam efetuar transformações ao nível local. Para isso, temos que mostrar mais claramente a interligação entre o internacional, o nacional e o local.

Acreditamos que é útil compartilhar este documento com outros no movimento de direitos humanos e justiça social que enfrentam desafios semelhantes. Esperamos que ele contribua para um debate mais amplo. Mas as recomendações contidas neste artigo são dirigidas a nós mesmos; achamos que não nos cabe fazer recomendações ao movimento pelos direitos humanos como um todo. As recomendações visam responder aos desafios que a Anistia Internacional enfrenta e tratar do papel que ela pode exercer para fomentar os objetivos do movimento mais amplo pelos direitos

humanos. Prevemos que outros grupos e organizações possam adotar estratégias muito diferentes para alcançar nossos objetivos comuns, tornando o movimento pelos direitos humanos, como um todo, mais forte, resiliente e inovador.

É importante destacar que, embora este documento faça críticas àqueles que lançam mão da política de demonização, ele não é um manifesto político. A Anistia Internacional é politicamente apartidária. Nosso papel é proteger os direitos humanos para todos; não tomamos posição sobre questões que não fazem parte dessa missão. Defendemos mudanças na conduta de governos para garantir o cumprimento da lei e dos padrões de direitos humanos, mas não tomamos posição sobre qual partido político ou líder político particular deve estar no poder, por mais repreensível possam ser sua conduta ou seu histórico político.

Este documento descreve preconceito e xenofobia demonstrados por uma série de líderes políticos. A Anistia Internacional se opõe a essa conduta e procura convencer os líderes a pôr fim a ela e incentivar seu povo a reivindicar isso. Mas não endossamos os adversários políticos desses líderes. Queremos transformar a cultura política, não os indivíduos. A demonização é uma doença que afeta não apenas radicais mas também centristas, não apenas a direita mas também a esquerda, não apenas populistas mas também elitistas. Os direitos humanos são uma cura à qual qualquer deles e todos eles devem recorrer. É isso o que as sociedades precisam exigir, e a finalidade deste artigo é sugerir como a Anistia Internacional pode exercer seu papel para fazer isso acontecer.

Muitas pessoas de todas as partes do mundo, tanto dentro do movimento da Anistia Internacional quanto mais além, contribuíram para as análises e ideias expressas neste ensaio. Somos gratos a cada uma delas por suas contribuições. A primeira versão deste texto foi obra de Osama Bhutta, David Griffiths, Gauri van Gulik e Ashfaq Khalfan. Esta segunda versão atualizada contém a contribuição adicional de Paola Roberta Gioffredi.

SEÇÃO I – ENTENDER A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO

Nos últimos anos temos assistido à ascensão global da política da demonização.

Dos EUA à Índia, do Brasil à Hungria e da Turquia às Filipinas, líderes políticos e formadores de opinião vêm habilmente disseminando narrativas de medo e divisão, explorando ansiedades e atribuindo a culpa por problemas sociais ou econômicos a setores inteiros da população. No momento em que o mundo procura recuperar-se da pandemia de COVID-19, os líderes que estão aproveitando a crise para ampliar seus poderes e suprimir os direitos humanos podem aprofundar essa tendência e prejudicar ainda mais as perspectivas de uma recuperação justa.

Essas narrativas não constituem novidade. Confrontados com transformações sociais aceleradas, líderes políticos e formadores de opinião sempre recorreram à tática de relegar adversários à condição de “outros”.¹ Hoje as narrativas divisivas de “nós contra eles” envenenam o discurso público e se normalizam progressivamente com a ajuda da tecnologia. Elas não apenas estão intensificando a polarização nas sociedades – promovendo a discriminação étnica, racial, religiosa e de gênero – como, cada vez mais, estão definindo a agenda política.

Nas palavras de John Powell e Stephen Menendian, “em um mundo fustigado por desafios aparentemente renitentes e avassaladores, virtualmente todos os conflitos globais, nacionais e regionais estão envolvidos

em ou organizados em volta de uma ou mais dimensões de diferenças baseadas em grupos. A discriminação do outro está à base de disputas territoriais, violência sectária, conflitos militares, a propagação de doenças, a fome e a insegurança alimentar, até mesmo da mudança climática.”²

Os grupos que os líderes políticos demonizam variam conforme o contexto, mas normalmente incluem aqueles vistos como alvos fáceis: minorias religiosas; migrantes, refugiados e candidatos a asilo; defensores e defensoras dos direitos das mulheres; lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexo (LGBTI), defensores e defensoras dos direitos humanos e aqueles que contestam o status quo, como manifestantes e ativistas climáticos.³



Essa demonização contínua e sistemática vem tendo consequências alarmantes que percorrem um espectro que vai desde a exacerbação da desigualdade, discriminação e violência até a limpeza étnica. O sistema de apartheid que excluiu o povo rohingya em Mianmar, seguido por ataques violentos para expulsá-los do país, e os esforços de reengenharia social promovidos na China e que têm como alvos os uigures e outros grupos étnicos predominantemente muçulmanos em Xinjiang, encerram alguns dos avisos mais sinistros sobre as consequências últimas da omissão em combater a demonização sistemática e de longo prazo de comunidades específicas com base em sua identidade.

Em cada vez mais países, e em muitos casos com apoio público, líderes e formadores de opinião somam políticas discriminatórias ao enfraquecimento da cooperação e das normas internacionais, criticando ou ignorando instituições internacionais e expressando hostilidade aberta em relação aos direitos humanos. A ascensão da política de demonização representa um desafio profundo, possivelmente até uma ameaça existencial, aos mecanismos de direitos humanos e à própria ideia dos direitos humanos.

Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 expôs impiedosamente as falhas nos sistemas sociais e econômicos e as fraquezas do sistema internacional. A abordagem de “nós contra eles” adotada por muitos líderes políticos exacerbou as desigualdades prejudiciais preexistentes e ao mesmo tempo dificultou as respostas efetivas e pontuais à crise. A COVID-19 pôs em destaque os perigos enfrentados pelas comunidades e os indivíduos marginalizados ⁴ e o impacto potencialmente nocivo de uma falta de confiança nos governos e instituições. ⁵ E ela criou

cobertura para líderes interessados em arraigar e ampliar seu próprio poder às expensas dos direitos da população. A pandemia proporcionou a eles uma nova plataforma para relançar suas narrativas de culpabilização dos outros e para aprofundar a polarização que eles vêm fomentando há anos.

No entanto, essa experiência de crise também levou muitos a enxergar o mundo por outra ótica e reavaliar as possibilidades de construir

sociedades justas e igualitárias. Este é um momento para uma nova visão que delineie uma recuperação sustentável que abrace a solidariedade e rompa as ideologias estagnadas do “nós contra eles”. É um momento para ação ousada que mostre que os direitos humanos são indispensáveis para todos. Este desafio compartilhado e sem precedentes pode ser convertido em uma oportunidade para acabar com a política divisiva do passado e aproximar as pessoas.

A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO: O QUE É?

A política de demonização é o esforço intencional e sistemático de líderes políticos e outros formadores de opinião para marginalizar grupos de pessoas e usá-los como bodes expiatórios, com base em sua identidade ou suas crenças políticas. Ela é usada para conquistar, negar ou negociar o poder para ganho político próprio e para reforçar estruturas de poder existentes. Ela frequentemente assume a forma de narrativas de ódio na mídia direcionadas contra grupos marginalizados, criando um mecanismo perigoso de autorreforço que molda a opinião pública.

Três componentes-chaves da política de demonização são:

O oportunismo, que capitaliza sobre os medos irracionais e instiga as frustrações sociais e econômicas.

O divisionismo, que simplifica problemas complexos da sociedade e divide a sociedade entre “nós” (que merecemos segurança e direitos) e “eles” (que são menos merecedores ou representam uma ameaça).

A mentalidade de vítima, que leva, por exemplo, maiorias étnicas e religiosas a terem um sentimento falso de serem vítimas.

Muitos dos que praticam a política de demonização têm empregado abordagens populistas, descrevendo-se como pessoas que representam “o povo” contra o establishment corrupto. Seu discurso muitas vezes atribui culpa, explícita ou implicitamente, a um “outro”. Contudo, nem todos os populistas praticam a demonização, e nem todos os que o fazem são populistas. O populismo é um estilo de política baseado em abordagens contrárias ao establishment, que envolvem desafiar as elites e que podem ou não envolver a demonização de setores marginalizados. A Anistia Internacional não assume posição contra ou a favor do populismo.



Em Nova Délhi, Índia, 30 de agosto de 2019, exilada tibetana grita um slogan em protesto em apoio aos manifestantes pró-democracia em Hong Kong.
© REUTERS/Adnan Abidi

1. TERRENO FÉRTIL PARA A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO

A política da demonização ganhou espaço grande desde 2015 e deitou raízes em diferentes contextos. As formas particulares que ela assume e as condições que propiciam sua proliferação variam muito de país a país, e existe um risco grande de generalizar excessivamente quando se procura descrever isso como fenômeno global. Mesmo assim, suas dimensões internacionais são claras, em parte porque os fatores que a propiciam são comparáveis em diferentes contextos e em parte porque aqueles que promovem a política da demonização emulam uns aos outros.

A incerteza, a privação de direitos e a insatisfação presentes em muitos países foram fomentados e manipulados para o benefício eleitoral de alguns. Isso pode muito bem aumentar em um mundo em

recuperação da pandemia de COVID-19, mas não é de hoje que políticos e partes da mídia exploram intencionalmente o senso de fragilidade das pessoas – quer ele esteja ligado às mudanças no poder político, à volatilidade financeira global, às reviravoltas tecnológicas, à crise climática ou a outras questões. Eles utilizaram tudo isso para alimentar sentimentos de deslocamento cultural e para enfraquecer a confiança das pessoas nas instituições políticas e no Estado de direito, contestando a promessa destes de garantir igualdade duradoura, estabilidade e justiça para todos.(6)

Um tema que tem sido explorado extensamente (especialmente, mas não exclusivamente em sociedades de maioria branca) é a combinação de queixas econômicas com migração. Nos últimos dez anos, tornou-se cada vez mais comum e normalizado que, para ganhar popularidade, políticos culpem migrantes, refugiados e candidatos a asilo por dificuldades econômicas reais ou sentidas. Essas queixas frequentemente têm raízes nas experiências das pessoas com desigualdade, corrupção, estagnação econômica, exclusão do poder

econômico e político e as falhas dos governos em garantir os direitos econômicos e sociais da população, incluindo os direitos ao trabalho, a um padrão de vida adequado, à saúde e à moradia. Essas preocupações subjacentes podem não ser novas, mas em algumas regiões do mundo foram acentuadas por mudanças nos mercados de trabalho, pela austeridade, a automação e, em algumas economias desenvolvidas, pela desindustrialização.

A pandemia de COVID-19 destacou de maneira nova a escala das desigualdades estruturais existentes, e suas consequências econômicas negativas podem muito bem exacerbar essas queixas. Já estamos testemunhando como ficou mais fácil para políticos e outros no poder instrumentalizar as queixas econômicas ou usá-las como armas.

Os políticos há muito tempo já fomentam e se aproveitam de ansiedades em torno de segurança nacional e terrorismo, criando estereótipos para justificar restrições aos direitos humanos e a repressão generalizada de grupos determinados. Juntamente com a



Boné queimado de Make America Great Again (MAGA) caído no chão durante protesto contra injustiça racial perto do local de um comício do presidente dos EUA, Donald Trump, em Tulsa, Oklahoma, EUA, 20 de junho de 2020.
© REUTERS/Lawrence Bryant

mídia, eles vêm gerando e reforçando um elo causal entre fluxos migratórios aumentados e níveis crescentes (reais ou percebidos como tais) de criminalidade e ameaças terroristas. O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán descreveu a imigração como “o cavalo de Tróia do terrorismo”.⁷ A imigração esteve à base do discurso tóxico de Donald Trump durante a campanha eleitoral presidencial dos EUA em 2016, quando ele descreveu mexicanos como “traficantes de drogas, bandidos e estupradores”.⁸ Essa narrativa subsidiou a introdução pelo presidente Trump em 2018 de uma política imigratória de “tolerância zero”, pela qual migrantes indocumentados que atravessavam a fronteira EUA-México eram detidos na prisão e seus filhos colocados em abrigos ou em casas de acolhimento.⁹

Após ataques violentos da Al Qaeda e do Estado Islâmico na Bélgica, França, Alemanha e Turquia entre 2015 e 2017, políticos passaram a defender políticas de asilo mais rígidas, criminalizaram determinados atos de solidariedade por parte de defensores dos direitos humanos e organizações da sociedade civil¹⁰ e passaram a visar muçulmanos. Ao tratar migrantes, candidatos a asilo e refugiados muçulmanos como se fossem terroristas, políticos contribuíram para reforçar a percepção pública de que fechar fronteiras nacionais é a maneira mais viável de garantir a segurança nacional¹¹ e fomentaram o preconceito generalizado contra muçulmanos.¹²

Aqueles que promovem a política da demonização também já apelaram com êxito para as ansiedades culturais, o medo da perda de identidade e cultura, além da intranquilidade em torno das grandes mudanças demográficas.¹³ Alguns analistas argumentam que ansiedades culturais estão à base dos projetos de demonização e que os políticos e a mídia mainstream mudaram as atitudes públicas através da racialização das ansiedades econômicas.¹⁴ Por exemplo, nas eleições nacionais de 2018 na Itália, partidos antiestablishment ganharam força com o sentimento anti-imigrantes crescente em grandes segmentos da sociedade italiana, alimentado pela cobertura muitas vezes alarmista feita pela mídia da chegada de embarcações trazendo imigrantes que atravessaram o Mediterrâneo.¹⁵ Queixas econômicas, medos relativos à segurança e sentimento negativo em relação à migração, tudo isso foi reunido em uma narrativa sobre a perda de identidade nacional e homogeneidade cultural.

2. ALVOS DA DEMONIZAÇÃO

Nos últimos anos, em muitos dos países mais influentes do mundo, do Brasil à China, Índia e Estados Unidos, assistimos ao fortalecimento de narrativas supremacistas étnicas ou religiosas¹⁶ e da discriminação. Isso não se deu por acaso; é algo que é alimentado sistematicamente por políticos.¹⁷ O racismo aberto e declarado está sendo cada vez mais normalizado e institucionalizado no discurso público. Os ataques do presidente Trump a quatro deputadas não brancas que ele acusou de odiarem os EUA e exortou a voltarem “aos lugares totalmente rotos e infestados de criminalidade de onde vieram” foi um exemplo particularmente grosseiro de discurso racista e misógino que tem por objetivo legitimar o ódio e a divisão.¹⁸

O problema do racismo sistêmico nos EUA, que vem de longa data, atingiu um novo ponto crítico no primeiro semestre de 2020. Uma sequência de atos de violência racista cometidos por forças policiais contra americanos negros desarmados – Ahmaud Arbery, Breonna Taylor e, mais recentemente, George Floyd – reacendeu a discussão sobre a discriminação estrutural no país e a questão da reforma da polícia nos EUA e no mundo. Pessoas que protestavam nas ruas se depararam com a mesma repressão e força policial excessiva contra a qual estavam protestando.¹⁹ O presidente Trump e vários membros de sua Administração negam que existam problemas sistêmicos nos departamentos policiais americanos e atribuem os acontecimentos recentes a algumas poucas “maçãs podres” nas forças policiais. Além disso, em diversas ocasiões o presidente Trump usou de linguagem antagonizante e violenta para dirigir-se aos manifestantes.²⁰ Suas ações visam agradar aos supremacistas brancos, correm o risco de mobilizá-los mais ainda e de exacerbar a polarização em torno dos problemas de justiça social sistêmicos no país há anos.

Quando a crise da COVID-19 começou, sentimentos anti-chineses e antiasiáticos explodiram em todo o mundo.²¹ O uso constante de linguagem culpabilizante e a normalização dessa linguagem por parte de líderes e formadores de opinião criou terreno fértil para tais episódios de racismo e xenofobia. O fato de o presidente Trump e membros de sua Administração terem rotulado a COVID-19 de “o vírus

chinês” carrega uma insinuação de culpa que é difícil separar da intensificação do sentimento anti-chinês e antiasiático nos EUA.²² E na França, Alemanha, Grécia, Itália e Espanha, políticos anti-imigrantes se voltaram ao velho chavão das minorias étnicas e dos migrantes como sendo portadores de doenças para justificar sua posição.²³

Pessoas em trânsito (migrantes, refugiados e pessoas que buscam asilo) têm sido alvos constantes de demonização em todo o mundo, não apenas na Europa e Estados Unidos. Da Austrália à África do Sul, figuras políticas fazem declarações generalizadas dizendo que a migração vai “inundar a maioria”, diluir a identidade cultural e religiosa do país, solapar os “valores nacionais”, enfraquecer o Estado de bem-estar social e criar novos riscos à segurança.²⁴

Além dessas narrativas racistas, políticas xenófobas e discriminatórias vêm sendo adotadas com frequência crescente. As chamadas leis “anti-guetos” promulgadas na Dinamarca em 2018 constituem um exemplo disso. Ao forçar a assimilação de migrantes “não ocidentais” que vivem em bairros de baixa renda e impor sanções rígidas sobre aqueles que não cumprem a determinação, essas medidas exacerbam a marginalização e a desigualdade.²⁵ A pandemia de COVID-19 facilitou essa tendência. Em vários países europeus, por exemplo, as medidas de “lockdown” implementadas impactaram desproporcionalmente os indivíduos e grupos de minorias étnicas, que foram sujeitos a violência, verificações de identidade discriminatórias, quarentenas forçadas e multas.²⁶

Nos últimos anos, os níveis de crimes de ódio contra minorias étnicas e religiosas subiram vertiginosamente em países como Índia²⁷, Mianmar²⁸, Reino Unido²⁹ e Estados Unidos.³⁰ De modo semelhante, os crimes de ódio contra pessoas por causa de sua identidade de gênero e orientação sexual vêm aumentando em vários países, incluindo Rússia, Turcomenistão e Ucrânia.³¹

O ódio em relação a minorias religiosas e étnicas e a povos indígenas aumentou fortemente na última década.³² Ao inventar e alimentar preocupações identitárias e de segurança, líderes frequentemente alimentam essa hostilidade intencionalmente. Por exemplo, no mais recente Índice de Hostilidades Sociais do



Refugiados rohingyas são evacuados por moradores locais no litoral de Aceh do Norte, Indonésia, 25 de junho de 2020. © Antara Foto/Rahmad/Reuters

Pew Research Centre, a Índia figura como o país que tem o mais alto nível de hostilidade social em relação a minorias religiosas.³³ Isso pode ser atribuído aos problemas estruturais de longa data do país, como a ausência de leis adequadas contra crimes de ódio, a impunidade histórica dos responsáveis por esses crimes e a debilitante política de castas. Nos últimos anos, o ressurgimento da ideologia Hindutva, que visa a construção de uma nação hindu, exacerbou mais ainda as hostilidades sociais em relação às minorias religiosas. Em 2019, Narendra Modi, do Partido Bharatiya Janata (BJP), conquistou um segundo mandato de primeiro-ministro com base numa plataforma agressiva que coloca os hindus em primeiro lugar. Sob sua direção, as tensões interreligiosas subiram tremendamente; 90% dos crimes de ódio religioso nos últimos dez anos ocorreram desde sua chegada ao poder em 2014 e tiveram como alvos principalmente muçulmanos e cristãos.³⁴ Um dos exemplos mais recentes disso foi apontar os muçulmanos como responsáveis pela epidemia de COVID-19 no país.³⁵

Na China, em consonância com a luta contra os chamados “três males” – terrorismo, separatismo e extremismo religioso –, o governo vem retratando a detenção em massa de uígures e outros muçulmanos turcomanos na província de Xinjiang como uma maneira inovadora e efetiva de combater uma suposta ameaça terrorista.³⁶ A Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos vêm há alguns anos documentando uma escalada sistemática das violações dos direitos humanos da população muçulmana de Xinjiang, uma perseguição institucionalizada em escala que não era vista na China havia décadas. A política chinesa em Xinjiang é implementada através da detenção em campos, onde a tortura e outros maus-tratos são empregados para “transformar por meio da educação”; um regime de vigilância rígida, detenções arbitrarias e a imposição de restrições à liberdade de religião e pensamento.³⁷ Esse projeto de demonização em escala industrial criou um precedente global chocante e perigoso.

Os ataques do 11 de setembro de 2001 nos EUA e, mais tarde, a chamada “crise dos refugiados” de 2015-16, foram instrumentalizados por políticos e a mídia de maneiras que levaram o sentimento antimuçulmano a se exacerbar fortemente na América do Norte e na maior parte da Europa e a ressurgir em vários países do sul e leste da Ásia. Nas palavras de Aristotle Kallis:

“O discurso islamofóbico da direita radical vem ficando mais e mais onipresente, mais radical em seu teor, mais extremo em seu escopo e mais potente em seu alcance... Sobretudo, porém, a islamofobia, assim como o antissemitismo no entreguerras, parece ter se normalizado tão amplamente que enfraqueceu posições arraigadas e ativou medos localizados dentro do chamado mainstream político e social. Nesse processo, a direita radical tem atuado como a quebradora de tabus e a arqui-normalizadora da islamofobia, transpondo fronteiras conflitantes entre as margens extremas do sistema político e o coração

do centro supostamente liberal. Quando se trata de islamofobia, a direita radical tem empurrado a porta semiaberta da visão convencional dominante.”³⁸

Novamente, vale destacar que o discurso racista ocorre em todo o espectro político.

Atiçar as chamas do sentimento antimuçulmano virou um componente básico da caixa de ferramentas dos políticos que atrelam a política de demonização.

³⁹ Sobram exemplos disso em todo o mundo: da proibição dos véus que cobrem completamente o rosto de mulheres adotada em uma série de países europeus, incluindo a Áustria, Bélgica, Dinamarca, França e Holanda, ⁴⁰ até a medida decretada pelo presidente Trump proibindo o ingresso no país de passageiros vindos de determinados países ⁴¹; da declaração do político italiano Matteo Salvini de que “se não retornarmos o controle de nossas raízes, a Europa vai virar um califado islâmico” ⁴² até as declarações discriminatórias do primeiro-ministro britânico Boris Johnson sobre mulheres muçulmanas que usam véus que cobrem o rosto completamente, declarações que coincidiram com uma onda de crimes de ódio antimuçulmano no país; ⁴³ e desde a líder de facto de Mianmar, Aung San Suu Kyi, lamentando a população muçulmana crescente ⁴⁴ até a introdução pelo governo do primeiro-ministro Narendra Modi de uma lei que restringe a cidadania indiana de migrantes vindos do Afeganistão, Bangladesh e Paquistão aos que não são muçulmanos. ⁴⁵ Os efeitos das narrativas tóxicas desses líderes em relação a muçulmanos, além de suas medidas políticas abertamente discriminatórias, constituem demonização e discriminação contra milhões de pessoas.

Uma nova onda de atos de violência e ódio contra judeus e/ou instituições comunitárias e religiosas judaicas vem atingindo múltiplos países na Europa ⁴⁶ e os EUA ⁴⁷ nos últimos anos. Como afirma Ruth Wodak: “Os sentimentos antimuçulmanos não tomaram o lugar dos sentimentos antissemitas; pelo contrário, as duas coisas frequentemente ocorrem juntas”. ⁴⁸ Segundo especialistas, este ressurgimento do antissemitismo revela uma convergência de visões de ambos os lados do espectro político, incluindo nos EUA e na Europa. Partidos de direita e nacional-conservadores, por exemplo na Hungria e Polônia, vêm descrevendo judeus como uma ameaça cosmopolita à identidade nacional. No outro extremo do

espectro político, alguns políticos e grupos de esquerda associam judeus à oligarquia econômica ou à conduta do Estado de Israel. Um discurso anti-judaico parece estar sendo cada vez mais adotado, logo normalizado, por políticos convencionais de ambos os lados do espectro político. ⁴⁹ Acontecimentos como o massacre a tiros na sinagoga de Pittsburgh, nos EUA, em 2018, a depredação do cemitério judaico Basateen no Cairo, Egito, em 2018, e a sequência de atos contra comunidades judaicas em Paris em 2019, além de outras expressões menos visíveis de antissemitismo, ⁵⁰ revelam como essa normalização está incentivando aqueles que propagam o ódio contra judeus e levando comunidades judaicas a se sentirem cada vez mais visadas e inseguras. ⁵¹

A discriminação, violência e perseguição sistemática contra cristãos também vem crescendo no Oriente Médio e África, em países como Argélia, Egito, Etiópia, Irã, Iraque, Quênia, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Arábia Saudita, Somália, Sudão e Síria, ⁵² e em toda a Ásia, por exemplo na China, Índia, Indonésia, Mianmar, Coreia do Norte e Sri Lanka. ⁵³

Além disso, muitos políticos e figuras públicas vêm disseminando narrativas tóxicas contra os avanços na igualdade de gêneros. Eles retratam os avanços no respeito pelos direitos de mulheres e pessoas LGBTI como ameaças aos valores ou identidade religiosa “tradicionais”. “Ideologia de gênero” é um chavão abrangente que vem servindo de base para uma narrativa perturbadoramente efetiva e uma convocatória para que sejam atacados os avanços dos direitos humanos relacionados a gênero e sexualidade nas últimas décadas, desde o acesso ao aborto até a igualdade de gênero, os direitos LGBTI e a educação sexual abrangente. ⁵⁴ Por exemplo, em 2017 o Ministério da Educação do Paraguai tirou do currículo escolar nacional todos os materiais ligados a “gênero” ⁵⁵, e em 2019 um município paraguaio proibiu uma marcha pelos direitos LGBTI, alegando que era considerada contrária à “moral pública”. ⁵⁶ Em 2016, o Acordo de Paz na Colômbia foi rejeitado por voto público após acusações de que a “ideologia de gênero” teria sido “embutida” nele. ⁵⁷

Na Europa, campanhas antigênero foram lançadas para mobilizar o público na Espanha (em 2004, contra um projeto de lei permitindo o casamento entre pessoas

do mesmo sexo), Croácia (2006, contra a educação sexual), Itália (2007, contra a união civil de pessoas do mesmo sexo), Eslovênia (2009, contra a igualdade no casamento) e França (2012, contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo). ⁵⁸ Os debates sobre “ideologia de gênero” começaram na Polônia em 2012, em oposição à ratificação da Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e o combate à violência contra mulheres e a violência doméstica (Convenção de Istambul). ⁵⁹ Em 2018, a Bulgária não ratificou a Convenção de Istambul depois de sua Corte Constitucional declarar a convenção anticonstitucional pelo fato de conter o termo “gênero”. ⁶⁰ Seguindo esse exemplo, em 2020 o Parlamento da Eslováquia votou contra a ratificação. ⁶¹ E, em vários países europeus, aqueles que abraçam a política da demonização estão visando acadêmicos e universidades que promovem estudos de gênero, retratando esses estudos como uma ameaça à “família natural” e uma ferramenta de propaganda para a doutrinação de estudantes jovens. ⁶²

A demonização de profissionais como assistentes sociais, professores de educação em sexualidade e funcionários de clínicas de aborto, além da desinformação sobre os direitos à saúde sexual e reprodutiva, também fazem parte da ofensiva contra os avanços na igualdade de gênero que estão em curso na Europa e nas Américas. Na Bulgária, por exemplo, organizações não governamentais (ONGs) e assistentes sociais foram acusados de sequestrar crianças para dá-las para adoção por casais gays na Noruega. ⁶³ Na Espanha, sexólogos foram ameaçados por grupos religiosos e anti-direitos humanos por fazer palestras em faculdades públicas ⁶⁴, e um deputado do partido Vox ofereceu ultrassonografias a mulheres diante de clínicas para dissuadi-las de fazer abortos. ⁶⁵ No contexto da pandemia de COVID-19, grupos antifeministas nos EUA saudaram os lockdowns como uma oportunidade para mulheres “voltarem” a exercer seus papéis “tradicionais” em casa, e em várias partes do mundo muitos políticos e ativistas saudaram a paralisação de debates chaves sobre direitos das mulheres decorrente da emergência da COVID-19. ⁶⁶

3. A POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO DEITA RAÍZES

Embora a política da demonização não seja novidade, nos últimos anos um número crescente de líderes políticos vem ativa e sistematicamente propagando narrativas de demonização em benefício político próprio, cada vez mais definindo a agenda. Eles vêm usando essas narrativas para reforçar sua legitimidade e capacidade de mobilização de diferentes grupos demográficos, encorajando outros a seguir seu exemplo.

Temos assistido à volta de líderes ditos “homens fortes” – e eles são na maioria homens. Roger Eatwell identificou quatro características dos chamados “líderes carismáticos” que contribuem para seu sucesso e popularidade eleitoral: missão radical (eles se apresentam como sendo a encarnação de uma missão especial), presença pessoal (confiança e atenção para sua imagem), hierarquia simbiótica (eles se retratam como pessoas comuns) e narrativas binárias de demonização (visando “inimigos” internos ou externos).⁶⁷ Essas características são vistas em muitos dos líderes “homens fortes” de hoje. Quer sejam ideólogos convictos, nacionalistas acirrados ou oportunistas, eles propõem soluções simplistas e extremas a problemas sociais complexos. Muitos políticos desse viés vêm enfraquecendo os controles e contrapesos, como a independência do Judiciário e outras salvaguardas que protegem grupos marginalizados contra a discriminação e outras violações de seus direitos.

Tendências e ideias autoritárias estão emergindo em vários países.⁶⁸ Em países como Hungria e Turquia, a balança do poder pendeu fortemente para o lado do Executivo, permitindo o fortalecimento do governo e do culto ao “homem forte”.⁶⁹ Essa tendência parece estar em alta. A pandemia de COVID-19 proporcionou a líderes pelo mundo afora um pretexto para se apossarem de mais poder. Em nome de um bem maior, ou seja, de proteger a saúde pública, eles vêm usando legislação emergencial para promulgar medidas ou leis para restringir os direitos humanos para além do que é permitido pela lei internacional, e sem quaisquer

salvaguardas para assegurar a proteção dos direitos humanos.

Na Hungria, por exemplo, o governo intensificou seus esforços para enfraquecer o Estado de direito, introduzindo uma lei emergencial que permite ao primeiro-ministro governar por decreto, sem revisão alguma e por tempo indeterminado. A Administração Orbán tem utilizado isso como oportunidade para promover sua agenda “antigênero”, apresentando ao Parlamento um projeto de lei que proíbe por lei o reconhecimento de gênero de pessoas transgênero. No contexto da duplicação dos níveis de violência doméstica durante o lockdown da COVID-19, o Parlamento húngaro também declarou que não vai ratificar a Convenção de Istambul.⁷⁰

Sob o manto ocultador da crise da COVID-19, a Polônia tentou aprovar às pressas dois projetos de lei altamente controversos que proíbem o aborto e criminalizam a educação sexual.⁷¹ Nas Filipinas, o presidente Duterte ordenou a policiais e militares que “atirem para matar” contra “desordeiros” que promovem protestos durante a quarentena.⁷² No Camboja, a recém-proposta Lei de Estado de Emergência é uma tentativa flagrante de apossar-se de mais poder, buscando manipular a crise da COVID-19 de modo a enfraquecer gravemente os direitos humanos.⁷³ Além de tudo isso, alguns governos vêm adotando medidas desproporcionais de vigilância digital, sob a desculpa de rastrear a disseminação do vírus, sem salvaguardas adequadas ou cláusulas de caducidade, o que deixa aberta a possibilidade de abusos dos direitos no futuro.⁷⁴

Nos últimos anos os líderes vêm ficando mais estratégicos em sua retórica, jogando direitos e comunidades uns contra os outros. Por exemplo, Matteo Salvini, líder do partido italiano Liga, tem atacado comunidades muçulmanas em nome da igualdade de gênero. Em alguns casos, grupos racistas moderaram sua imagem para parecerem mais “aceitáveis”, construíram redes de ativistas e think-tanks⁷⁵ e desenvolveram veículos de jornalismo ou um perfil forte nas redes sociais para “promover” suas posições.⁷⁶ Eles criaram um ambiente em que políticos mais convencionais fazem uso de parte de suas mensagens políticas, normalizando elementos menos abertamente xenófobos de suas mensagens.

Líderes que empregam discursos e políticas excludentes apoiam e citam uns aos outros em tom aprovador, reforçando-se mutuamente e reforçando as mensagens uns dos outros. O primeiro-ministro Orbán dirigiu-se a Matteo Salvini como seu “colega combatente” na luta pela “preservação do legado cristão europeu e contra a migração”.⁷⁷ O presidente Trump expressou constantemente seu apoio a líderes como o primeiro-ministro Modi, o presidente Bolsonaro e o presidente Duterte, sendo elogiado também por eles.⁷⁸ Recentemente também foram feitas tentativas de construir alianças transnacionais, embora elas não tenham tido êxito até agora.⁷⁹

Nesse contexto, as autoridades públicas em muitos casos vêm optando por silenciar vozes discordantes, com isso levando uma cultura do medo a deitar raízes. Cada vez mais elas vêm silenciando ou criando consequências negativas para aqueles que contestam a repressão dos grupos demonizados. Os ataques a defensores e defensoras dos direitos humanos e a organizações da sociedade civil vêm aumentando em todo o mundo.⁸⁰ O controle do Estado sobre a mídia vem aumentando, mesmo em países com uma imprensa relativamente livre, como a Índia e os EUA.⁸¹ As autoridades em muitos países, do Egito ao Irã e à Venezuela, têm um longo histórico de silenciar protestos violentamente para sufocar vozes críticas. Esse “manual de estratégias” vem sendo adotado mais amplamente, incluindo no Chile e em Hong Kong.⁸²

A supersimplificação e a natureza cada vez mais binária dos debates sociais complexos em torno da migração favoreceram, de modo geral, aqueles que propagam mensagens anti-imigratórias e declaradamente racistas ou xenófobas. Em vários países europeus, incluindo Croácia, França, Grécia, Itália, Malta, Espanha e Suíça,⁸³ além da Austrália⁸⁴ e dos EUA,⁸⁵ pessoas que procuram proteger os direitos de refugiados e migrantes são criminalizadas, com frequência crescente. As poucas vozes que buscam apresentar uma visão positiva convincente da migração e da proteção de refugiados, incluindo no movimento de direitos humanos ou entre líderes políticos, têm sido fortemente estigmatizadas e em muitos casos reprimidas.

Muitos líderes optaram por explorar o sentimento de incerteza e medo das



*Policiais usando viseiras
inspecionam motoristas num
checkpoint de quarentena em
Marikina, Região Metropolitana de
Manila, Filipinas,
2 de abril de 2020.
© Ezra Acayan/Getty Images*



peças durante a crise de COVID-19. Alguns estão instrumentalizando as medidas emergenciais adotadas para prevenir a difusão de desinformação intencional ou não intencional sobre a pandemia, aproveitando-as para calar críticos reais e vozes dissidentes, restringir a liberdade de expressão e dificultar o acesso das pessoas a informações precisas e pontuais, algo que constitui um aspecto chave do direito à saúde. Em março de 2020, por exemplo, as autoridades russas aprovaram emendas ao Código Criminal e ao Código de Delitos Administrativos, introduzindo penalidades criminais pela “disseminação pública de informação sabidamente falsa” no contexto de emergências e penalidades administrativas para veículos noticiosos que publicam tais informações.⁸⁶

A lei emergencial da Hungria prevê até cinco anos de prisão para os condenados por causar alarme público ou criar entraves aos esforços do governo para controlar a pandemia, difundindo informação falsa.⁸⁷ A lei emergencial provisória do Camboja prevê poderes desproporcionais e sem precedentes, incluindo medidas para conduzir vigilância de todos os meios de telecomunicações “usando qualquer meio necessário”, além do poder de proibir ou limitar “a distribuição de informação que possa amedrontar o público, provocar agitação ou impactar negativamente a segurança nacional ou provocar confusão na resposta ao estado de emergência”.⁸⁸ Da Índia à Turquia, da China à Venezuela e de Singapura à Tunísia, jornalistas, blogueiros e fiscalizadores estão sendo visados, intimidados e detidos por

alegadamente difundir “fake news”.⁸⁹

As demonizações se beneficiam da discriminação promovida pelos meios de comunicação de massa, remontando a várias décadas. Esses veículos de imprensa ajudaram a criar narrativas que tornam mais fácil para os políticos visarem grupos específicos e limitarem a margem de manobra de seus adversários. Por exemplo, veículos de imprensa pertencentes a Rupert Murdoch na Austrália, Reino Unido e EUA têm constantemente disseminado o medo de refugiados, migrantes e muçulmanos.⁹⁰ O papel das plataformas de mídia social na mobilização do ódio se baseia num alicerce erguido ao longo de décadas por veículos tradicionais da mídia impressa, televisão e rádio. Corporações tecnológicas também vêm exercendo um papel chave na exacerbação da polarização política e ideológica, criando um espaço ideal para a política da demonização crescer e se fortalecer. A hegemonia global e o alcance mundial de plataformas online como Facebook e Google significam que elas formam uma parte crucial de um sistema que amplifica as narrativas demonizantes e lhes dá condições de alcançar as plateias mainstream.

A segregação política crescente e a ascensão do preconceito e ódio nas redes sociais contra grupos marginalizados e oprimidos e contra mulheres⁹¹ não são obra do acaso. Elas são, em parte, uma consequência do modo como algoritmos filtram as experiências online dos usuários.⁹² As grandes plataformas de mídia social recomendam e promovem novos conteúdos com base em processos algorítmicos

opacos para determinar o que vai mobilizar mais os usuários. Como as pessoas têm tendência maior a clicar sobre materiais sensacionalistas ou incendiários, os chamados “motores de recomendação” dessas plataformas podem jogar seus usuários dentro de uma chamada “toca do coelho” de conteúdos tóxicos.⁹³ Além do papel desempenhado pelos algoritmos em elevar os níveis de preconceito e ódio, as empresas de tecnologia em muitos casos não enfrentaram o problema dos discursos de ódio em suas plataformas.⁹⁴

É claro que o sensacionalismo na grande mídia não é um fenômeno novo e não se limita à internet. Mas os motores de recomendação das redes sociais vão muito além do ditado segundo o qual “se sangrou é manchete”. Elas podem sistematicamente privilegiar conteúdos demonizantes, incluindo teorias conspiratórias, misoginia e racismo, para manter as pessoas atentas para suas plataformas pelo maior tempo possível e criar câmaras de eco que dão a aparência de repercussão a ideias tóxicas. Por exemplo, um estudo sobre a disseminação do preconceito anti-refugiados no Facebook constatou que “os crimes de ódio contra refugiados aumentam desproporcionalmente em áreas onde o uso do Facebook é maior durante períodos de forte preconceito anti-refugiados online”.⁹⁵ Uma missão de investigação da ONU em Mianmar destacou que antes e durante a crise dos rohingias, “o Facebook tem sido um instrumento útil para aqueles que buscam disseminar o ódio, em um contexto em que, para a maioria dos usuários, o Facebook é a internet”.⁹⁶ Do mesmo modo, vários estudos já demonstraram que os algoritmos da plataforma YouTube, pertencente ao Google, privilegiam conteúdos falsos e incendiários.⁹⁷

O escândalo Facebook-Cambridge Analytica, em que dados dos perfis de Facebook de 87 milhões de pessoas foram colhidos e usados para micro-visar e manipular pessoas para finalidades de campanhas políticas, chamou a atenção para a capacidade das maiores plataformas tecnológicas de influenciarem pessoas nessa escala – e o risco de uso abusivo ser feito delas. Apesar de chocante, isso foi apenas a ponta do iceberg, uma extensão lógica do mesmo modelo de extração de dados e análises inerente aos negócios do Facebook e do Google. Isso levanta questões importantes sobre

as responsabilidades de empresas de tecnologia em matéria de direitos humanos, devido ao desenvolvimento desses algoritmos e à sua coleta e análise dos dados de usuários.⁹⁸

O fenômeno da desinformação online está ligado a isso. Plataformas digitais são utilizadas taticamente para disseminar informação falsa com o objetivo único de manipular opiniões, comportamentos e escolhas em escala enorme.⁹⁹

Nos últimos meses a postura negacionista do presidente Bolsonaro em relação à COVID-19 sem sendo sustentada pela propagação de informações falsas e enganosas online sobre os sintomas, riscos e curas do vírus, e também pelo encorajamento de comportamentos de risco. Uma Comissão Parlamentar está conduzindo um inquérito sobre perfis online que difundem desinformação ligada à pandemia, perfis esses provavelmente coordenados por uma estrutura ligada ao gabinete presidencial.¹⁰⁰ A abordagem de Bolsonaro não apenas levou a uma resposta desigual e insuficiente à crise de saúde, como também resultou no aumento da polarização e níveis intensificados de insatisfação e desconfiança social que estão impelindo o país para a beira de uma crise política.¹⁰¹

O aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp também é usado amplamente para circular notícias falsas e conteúdos incendiários com o potencial de exacerbar divisões e mudar as escolhas políticas das pessoas. Foi esse o caso tanto na campanha eleitoral presidencial do Brasil

em 2018 quanto na campanha para a eleição geral na Índia em 2019.¹⁰²

O uso de plataformas digitais para difundir informação falsa está intensificando a polarização ideológica e incentivando a promoção do ódio, violência e discriminação.¹⁰³ No entanto, apesar dos chamados constantes de mecanismos internacionais de direitos humanos e organizações da sociedade civil, estas corporações continuam a descumprir sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos.¹⁰⁴

4. CONSEQUÊNCIAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

A política da demonização cria muitas ameaças aos direitos humanos em todo o mundo, de maneiras múltiplas e complexas. Destacamos a seguir quatro desafios particulares que aparecem.

O DESAFIO DA UNIVERSALIDADE: A REJEIÇÃO SELETIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Poucos líderes criticam diretamente a estrutura dos direitos humanos em sua totalidade, mas muitos criticam, sim, a ideia de direitos específicos para grupos específicos de pessoas e atacam as instituições criadas com a finalidade de proteger direitos.

Aqueles que trabalham com direitos humanos são há muito tempo associados por seus detratores com valores ou agendas estrangeiros, manifestações de uma elite internacionalista ou expressões de uma visão de mundo globalizada que seria indesejável ou mesmo perigosa. Narrativas como estas estão em ascensão na maioria das regiões e, cada vez mais, em países que tradicionalmente se enxergaram como protetores dos direitos humanos. Por exemplo, a Dinamarca, uma das iniciadoras originais da Convenção sobre Refugiados, contestou o próprio conceito de tal convenção e questionou se o espectro integral de direitos se aplica a refugiados e migrantes.¹⁰⁵ Hoje os direitos humanos são frequentemente retratados como um mecanismo para frustrar interesses nacionais ou proteger criminosos ou terroristas. Chama a atenção o fato de que, nas Filipinas, defensores dos direitos humanos tenham sido vilipendiados como “protetores de demônios”.¹⁰⁶

Propostas controversas para rever e reformar todo o conceito de direitos humanos, tanto na política pública quanto no mundo acadêmico, vêm emergindo como um novo desafio. Em julho de 2019 o Departamento de Estado dos EUA criou uma Comissão de Direitos Inalienáveis encarregada de oferecer “uma nova visão dos direitos humanos” e propor “reformas do discurso dos direitos humanos nos pontos em que ele divergiu dos princípios fundadores de nossa nação sobre lei natural e direitos naturais”.¹⁰⁷ Membros da Comissão já se manifestaram anteriormente contra conjuntos estabelecidos de direitos, como os direitos reprodutivos, das pessoas LGBTI e das mulheres.¹⁰⁸



Ação de solidariedade da Anistia Internacional Espanha, Madri, julho de 2017. © Xavier Gil Dalmau



Em Lahore, Índia, ONG Justajoo, sediada na cidade, fornece assistência alimentar emergencial a comunidades necessitadas, maio de 2020. © Ema Anis



A crise da COVID-19 representa uma tempestade perfeita para os líderes políticos que vêm semeando o ódio e divisões nos últimos anos. Um momento de emergência global e incerteza ampla, em que as pessoas se sentem vulneráveis e precisando de proteção e respostas claras, pode ser explorado para apresentar os direitos humanos e a saúde pública como uma escolha do tipo “ou uma coisa, ou outra”. No entanto, a COVID-19 mostrou como os direitos econômicos e sociais – como o direito à saúde, segurança no emprego, segurança no local de trabalho e condições de trabalho justas – são cruciais para a segurança e resiliência humana.

Outro elemento comum das políticas de demonização é a tentativa de deslegitimar instituições nacionais e internacionais criadas para salvaguardar os direitos humanos, como a Corte Europeia de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos,¹⁰⁹ a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos,¹¹⁰ o Tribunal Penal Internacional (TPI)¹¹¹ e a Organização Mundial de Saúde.¹¹² Uma linha de ataque comum é afirmar que essas instituições representam as agendas de outros países ou de elites e evocar defesas nacionalistas baseadas na soberania.¹¹³

O DESAFIO DA SOLIDARIEDADE: A POLÍTICA SUPREMACISTA DEFINE A AGENDA

A agenda da demonização não é um projeto político na qual o grande público é um participante passivo. Pelo contrário, os líderes que empregam a política de

demonização e argumentam que ela é necessária para “cuidarmos da nossa gente em primeiro lugar” gozam de apoio popular significativo.

Em todo o mundo, muitos políticos que tradicionalmente deram apoio aos direitos humanos vêm demonstrando falta de liderança e visão em suas respostas à ascensão da política de demonização. Faltou a eles a coragem de defender suas convicções, e isso tem contribuído para a visão de que faltam alternativas às narrativas de demonização que alegam falar “em nome do povo”. Alguns potenciais adversários recuaram (por vontade própria ou não) para uma postura defensiva, permitindo que as narrativas de demonização definam a agenda. Outros absorveram partes dessas narrativas – desde o afrouxamento das proteções contra o discurso do ódio, na Austrália, até o endurecimento dos controles de imigração na Europa,¹¹⁴ passando por negociar acordos internacionais altamente problemáticos, como o acordo fechado pela União Europeia com a Turquia sobre refugiados¹¹⁵ e o acordo da Itália com a Líbia.¹¹⁶

As visões supremacistas podem ter um renascimento no mundo pós-COVID-19, mas a crise deixou seus limites claramente expostos. Ela mostrou como o destino dos países está profundamente interligado e que cooperação e solidariedade internacionais são cruciais para responder a crises globais. Se quisermos uma recuperação sustentável, ninguém pode dar-se ao luxo de cuidar “da nossa gente em primeiro lugar”.

Desde o surgimento da COVID-19 também vimos como os direitos humanos podem ser

parte da solução, se os países aprofundarem e ampliarem suas obrigações de cooperação e assistência internacional, previstas nos direitos humanos.¹¹⁷ Enquanto alguns países impuseram restrições comerciais à importação e exportação de commodities essenciais, que têm incluído equipamentos de proteção individual e outros artigos cruciais para combater os efeitos da pandemia, vários países vêm trabalhando para fornecer materiais e recursos a outros.¹¹⁸ Bancos de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais, incluindo instituições multilaterais, também responderam aos desafios colocados pela pandemia de COVID-19.¹¹⁹ Mas eles e os países mais economicamente poderosos precisam fazer muito mais para enfrentar o desafio, incluindo cancelar a dívida dos países mais pobres do mundo, aumentar os investimentos em proteções de saúde e sociais e eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis, para assegurar uma recuperação justa e sustentável da pandemia.¹²⁰

O DESAFIO DAS PRIORIDADES: DIREITOS HUMANOS VS. SEGURANÇA E A ECONOMIA

A demonização de narrativas e ações frequentemente é baseada no argumento de que as exigências da segurança e do desenvolvimento – e possivelmente, no mundo pós-COVID-19, da saúde pública – requerem que os direitos humanos sejam restritos. Com frequência, políticos presumem como fato dado que as preocupações de segurança e econômicas, que muitas vezes são legítimas e têm o respaldo popular, exigem que se limitem os direitos humanos e têm primazia sobre



Organização Juvenil Wasanii Sanaa, em Kiberi, Quênia, a maior favela da África. Esse grupo de ativistas jovens divulga a importância da esperança e dos direitos humanos, por meio de evento de teatro, poesia e dança cheio de ação. 8 de maio de 2018. © Amnesty International

as considerações de direitos humanos, em um jogo de soma zero (em que um lado fica com tudo e o outro com nada). São sobretudo os grupos e pessoas que sofrem discriminação que arcam com o peso maior dessas limitações. Nas discussões sobre segurança ou desenvolvimento, os direitos humanos frequentemente são marginalizados ou retratados como um inconveniente, uma indulgência a ser superada.

Em alguns países, a agenda de segurança – quer seja retratada como sendo a proteção da segurança nacional ou a prevenção da criminalidade – é baseada na ideia implícita de que as populações precisam ser protegidas contra segmentos inteiros de pessoas, com base na identidade delas. O contraterrorismo virou uma maneira altamente efetiva de acobertar a limitação dos direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Por exemplo, o Egito lançou uma onda de repressão aos direitos de pessoas identificadas como tendo vínculos com a Irmandade Muçulmana, retratando-as como sendo uma ameaça à segurança nacional.¹²¹ Na França, o estado de emergência de longo prazo declarado após os ataques violentos de 2015 impôs restrições desproporcionais ao direito de reunião pacífica, e em 2017 muitos elementos dessas restrições foram adotados de forma permanente.¹²² Nas Filipinas, milhares de pessoas, em sua maioria pobres, foram mortas desde que o presidente Duterte lançou uma “guerra às drogas”, em 2016, prometendo eliminar o crime em seis meses e anunciando uma política que visaria aqueles que usam e vendem drogas.¹²³

Os direitos humanos também são subordinados ou retratados como obstáculos ao desenvolvimento econômico ou à proteção do Estado de bem-estar social. Na Índia, organizações de direitos humanos e ambientais são demonizadas por fazerem oposição a projetos controversos.¹²⁴ Em toda a América Latina, defensores da terra e ambientais são ameaçados, detidos ou assassinados por lutarem contra governos ou empresas que procuram lucrar com suas terras e seus recursos naturais.¹²⁵ Em vários países europeus, refugiados, candidatos a asilo e migrantes são retratados pela imprensa e políticos como sendo uma ameaça à sustentabilidade do Estado de bem-estar social.¹²⁶

Tais narrativas vêm sendo propagadas por uma gama grande de atores, quer sejam figuras políticas, corporações ou organizações de mídia. Em muitos casos, foram exploradas

por governos no poder para justificar políticas repressivas que demonizam e atacam grupos particulares de pessoas com base em sua identidade.¹²⁷ A crise da COVID-19 e as novas ameaças econômicas e de segurança que surgem em sua esteira provavelmente vão intensificar e exacerbar esse desafio.

O DESAFIO DA EFETIVIDADE: OS DIREITOS HUMANOS NÃO MOBILIZAM AS MAIORIAS

As organizações de direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional, não têm sido eficazes em convencer a maioria das pessoas em todo o mundo que os direitos humanos são para todos e representam suas aspirações.

Em vários países, notadamente nos EUA, os direitos humanos frequentemente são vistos pelas pessoas como algo que é “para outras pessoas” e que, portanto, é menos relevante para as discussões políticas atuais sobre “nós”. Em boa parte da África e Ásia, excetuando os movimentos sociais e organizações de base que fundamentam seu trabalho nos ideais dos direitos humanos, o termo “direitos humanos” é frequentemente demais identificado com grupos seculares ou de elite vistos como demasiado “ocidentalizados” e distantes dos valores religiosos e culturais da sociedade. Em partes da Europa os direitos humanos são vistos como uma preocupação liberal e cosmopolita e parecem algo que tem pouca relação com muitos setores menos privilegiados. E, para muitas pessoas em todo o mundo, as campanhas de direitos humanos muitas vezes têm sido complexas ou técnicas demais para mobilizar as pessoas amplamente.

Isso é em parte um legado do fato de que muitas ONGs de direitos humanos, incluindo as organizações maiores, tanto globalmente quanto nacionalmente, têm focado determinadas áreas dos direitos humanos – especialmente os direitos civis e políticos e a não discriminação – e prestado muito menos atenção aos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC).¹²⁸ A maioria das organizações tem focado mais a discriminação aberta, como a discriminação racial clara, e dado menos atenção a outras formas de discriminação, como a exclusão do acesso a recursos públicos com base no status socioeconômico ou pobreza. Essas escolhas refletem o fato de que os direitos civis e políticos foram historicamente considerados mais importantes por boa parte do movimento de direitos humanos

e por essa razão foram mais claramente estabelecidos. É claro que há exceções importantes a essas afirmações, e o movimento de direitos humanos, como um todo, vem empreendendo grandes mudanças nos últimos anos, mas essa autorreflexão organizacional é importante para que essas mudanças sejam continuadas e aprofundadas.

Foi apenas em 2001 que a Anistia Internacional decidiu trabalhar com questões dos DESC. Subsequentemente, em muitos países, suas campanhas sobre os DESC chamaram a atenção para a discriminação enfrentada pelas mulheres, especialmente as de grupos étnicos minoritários, migrantes, refugiadas e candidatas a asilo. Apenas em alguns países o nosso trabalho abrangeu violações enfrentadas por uma gama mais ampla de grupos na sociedade, como os despejos forçados de pessoas que vivem em assentamentos ou loteamentos informais e aquelas que têm seus direitos sexuais e reprodutivos negados. Foi apenas em 2018 que a Anistia Internacional divulgou seus primeiros relatórios sobre os efeitos sistemáticos da austeridade.¹²⁹

Essas escolhas feitas pela Anistia Internacional e outros podem ter contribuído para três resultados. Em primeiro lugar, perdemos uma oportunidade para chamar a atenção à gama completa de maneiras diferentes em que as pessoas têm seus direitos negados. Em segundo lugar, deixamos passar a oportunidade de identificar elementos comuns entre grupos que enfrentam formas diferentes de discriminação e que frequentemente são colocados cnicamente uns contra os outros por políticos. Isso fez com que fosse mais difícil mostrar como políticos estão procurando intencionalmente dividir grupos que enfrentam desvantagens e bloquear a formação de potenciais alianças entre eles para lutar por sociedades mais igualitárias. Em terceiro lugar, nossa abordagem talvez tenha contribuído para uma visão prevalente em alguns países de que os direitos humanos são “para o outro”. Temos tido dificuldade em criar uma compreensão das questões de direitos humanos por meio de esforços contínuos de conscientização e educação, e nossa eficácia em engajar as pessoas ao nível das comunidades tem sido, na melhor das hipóteses, irregular..



Hashim, trabalhador essencial na indústria da saúde, cumprimenta sua filha através da porta fechada, mantendo distância social de sua família porque trabalha no meio da pandemia de coronavírus em New Rochelle, Nova York, EUA, 11 de abril de 2020.

© REUTERS/Joy Malone

SEÇÃO II: RESPONDENDO À POLÍTICA DA DEMONIZAÇÃO

Como as organizações de direitos humanos devem responder a esses desafios? A Anistia Internacional está adotando quatro abordagens relevantes ao nosso papel que gostaríamos de compartilhar. Elas não são mutuamente excludentes e podem ser combinadas e adaptadas, dependendo do contexto.

Já não basta supor que ocupamos uma posição moral e legal elevada e esperar conquistar a adesão das pessoas. Muitos líderes mundiais já posicionaram os direitos humanos como sendo subordinados às ansiedades reais ou projetadas das pessoas em relação a segurança, bem-estar social, desenvolvimento e identidade. Narrativas políticas de autointeresse declarado num jogo globalizado de soma zero tornaram-se para muitos mais persuasivas do que a narrativa da cooperação e assistência internacional, dos padrões universais e da humanidade compartilhada.

Como qualquer momento divisor de águas, a crise da COVID-19 apresenta oportunidades, para as quais podem ser feitas escolhas. Para aqueles que abraçam a política da demonização, é uma oportunidade para continuar a dividir, polarizar, semear o ódio e ganhar mais poder. Para o movimento de direitos humanos, é um momento para projetar a visão de um mundo mais equitativo, sustentável e justo. É nesse contexto que a Anistia Internacional deve mobilizar as pessoas em resposta a um desejo amplo de transformação da sociedade e para combater as narrativas de demonização amplamente difundidas.

Existe um conjunto considerável e engajado de pessoas na maioria das regiões e dos países que constituem uma fonte pronta de apoio para o movimento dos direitos humanos – aquelas que são ideologicamente engajadas ou que utilizam os direitos humanos como veículo para promover sua luta. Em um momento em que os direitos humanos estão sob ataque, as organizações de direitos humanos podem ser eficazes em mobilizar essas pessoas e reforçar sua defesa dos direitos humanos.

Isso é importante, mas no longo prazo não é o bastante. Embora os direitos

humanos sejam universais, eles precisam do consentimento de uma massa crítica para serem efetivos. Aqueles que são ativamente ideologicamente antagônicos a uma agenda de direitos humanos (como aqueles que têm visões xenófobas, racistas, sexistas e homofóbicas declaradas e arraigadas) talvez não possam ser convencidos no curto a médio prazo. Mas sempre existem grupos de pessoas no meio – pessoas que enxergam os objetivos dos direitos humanos com bons olhos, mas podem ter preocupações conflitantes com a segurança de seu país, suas perspectivas econômicas ou uma perda de cultura. São esses grupos, a quem chamamos os “não persuadidos” (ver box abaixo), que precisamos identificar e com os quais precisamos criar um vínculo. Esses grupos variam de tamanho de país a país (e de problema a problema) e abrangem muitos segmentos. É provável que abarquem vários espectros políticos e outros, incluindo pessoas da esquerda e da direita, nacionalistas e internacionalistas, seculares e religiosas.

A Anistia Internacional deve procurar ativamente se conectar com esses grupos no meio. As quatro abordagens que estamos propondo podem nos permitir fazer isso.

QUEM SÃO OS “NÃO PERSUADIDOS”?

Pesquisas realizadas pela Anistia Internacional e outros com plateias em uma gama de países pelo mundo afora indicam que apenas uma minoria da população ou é inquestionavelmente engajada ou ativamente hostil aos direitos humanos para outros. Grandes segmentos da sociedade podem ser descritos como grupos que “apoiam os direitos humanos, mas...”

Esses grupos parecem acreditar nos direitos humanos em princípio, mas têm preocupações que os impedem de subscrever plenamente uma agenda de direitos humanos, por exemplo defendendo os direitos de cidadãos de outros países. Eles são abertos aos ideais dos direitos humanos, mas ainda não estão convencidos.

Uma pesquisa realizada para a Anistia Internacional Reino Unido mostrou que 67% dos entrevistados concordaram que “os direitos humanos universais são um fundamento básico importante de um mundo justo”. Contudo, apenas 33% concordaram que devemos defender os direitos humanos “daqueles que nos desejam o mal” e 43% concordaram que “às vezes os direitos humanos precisam ser flexibilizados para proteger a segurança nacional”.

A Anistia Internacional Austrália informa que com relação à questão dos refugiados, uma seção intermediária ampla das pessoas (cerca de 50%-60% da população adulta) tolera com relutância as políticas inumanas e abusivas do governo australiano em relação às pessoas que buscam asilo e aos refugiados, porque não lhe foram propostas políticas alternativas que sejam mais humanas e ainda levem em conta suas preocupações de segurança. Essas pessoas não concordam plenamente com os argumentos sobre refugiados que são centrados nos direitos humanos, nem são completamente contra esses argumentos.

PRIMEIRA ABORDAGEM: ESCOLHER QUESTÕES QUE MOBILIZAM AMPLAMENTE

Conectar-se com esses grupos no meio requer enfrentar as lutas e preocupação de uma maioria na sociedade (queremos dizer com isso uma maioria das pessoas na sociedade de diferentes grupos, incluindo as maiorias étnicas, mas não se limitando a elas). Não basta depender daqueles que estão engajados com os direitos humanos “para outros”. Num momento em que os direitos humanos são cada vez mais vistos em muitas sociedades como elitistas ou como algo que favorece apenas minorias, em lugar de ser vistas como uma ferramenta para melhorar a vida de todos,¹³⁰ precisamos concentrar nossas energias na construção de uma base de apoio amplo e sustentado aos direitos humanos como algo que beneficia a todos.

Isso terá implicações para as questões que optarmos por focar em qualquer país dado – e essas opções exercem um impacto crítico sobre como nós e o movimento de direitos humanos de modo mais geral somos vistos. A Anistia Internacional tem uma escolha em cada país no qual opera. Podemos focar um conjunto estreito de problemas de direitos humanos e grupos afetados, e poderemos potencialmente conquistar vitórias no curto prazo, mas teremos pouco impacto sobre a luta mais ampla pelos direitos humanos no país. Ou podemos trabalhar com questões de direitos humanos que afetam tanto uma faixa grande da sociedade quanto os grupos mais marginalizados, com vistas a conquistar a adesão da sociedade de modo mais geral. Essa segunda opção pode ter menos impacto no curto prazo, mas é essencial no médio e mais longo prazo.

Também precisamos de campanhas de longo prazo que enfoquem especificamente operar mudanças na opinião pública de modo a facilitar transformações, em oposição a fazer campanhas unicamente por mudanças legais ou de políticas públicas. Que fique claro – não estamos propondo qualquer diluição de nossos princípios fundamentais. Na realidade, estamos propondo uma abordagem mais pautada por princípios, em lugar de dar preferência a vitórias de curto prazo. A Anistia Internacional deve manifestar-se sobre as violações mais importantes dos direitos humanos nos países em que operamos. Precisamos assegurar que lutemos contra todas

as formas de discriminação e reconhecer que elas podem interagir para afetar diferentes grupos de muitas maneiras. Por exemplo, nosso trabalho com refugiados e migrantes na Grécia terá pouco efeito se não tratarmos também dos impactos catastróficos da austeridade sobre a saúde e outros direitos da população que os acolhe.¹³¹

A Anistia Internacional deve ter uma abordagem balanceada – algum trabalho que mobiliza melhor as maiorias na sociedade e algum trabalho com os direitos de grupos marginalizados, irrespectivamente do apoio popular. A necessidade de mobilizar a seção ampla do meio não deve ser usada como desculpa para evitar problemas menos populares. De fato, ao trabalhar com questões de direitos humanos que afetam as maiorias, pensamos que estaremos em posição mais forte para trabalhar sobre esses problemas e incentivar alianças entre grupos que enfrentam diferentes formas de opressão.

Vamos continuar a defender os direitos humanos de todos, incluindo os direitos daqueles que se opõem aos direitos humanos. E vamos continuar a lutar por questões humanas que são controversas. Mas nosso objetivo é levar uma massa crítica de pessoas para a fronteira, e não nos postarmos na fronteira sozinhos. Como organização baseada em seus membros, a Anistia Internacional está muito bem posicionada para isso, e seria um abandono do nosso dever se não visássemos ampliar o apoio aos direitos humanos. Isso não significa que vamos seguir uma abordagem de “meio termo” que procura agradar a todos. Significa persuasão eficaz que inspira e convence, em lugar de suscitar a rejeição de grandes grupos. Precisamos projetar uma visão que beneficie a todos.

Para isso, visualizamos três caminhos possíveis a seguir.

Para começar, precisamos ter plena consciência de nosso portfólio total de trabalho em qualquer país dado. Também devemos assegurar que parte de nosso trabalho em cada país diga respeito às preocupações de direitos humanos mais destacadas que são enfrentada pela maioria da população. Sabemos que as pessoas encaram os direitos humanos com atitude mais positiva quando enxergam a relevância deles para sua vida diária.¹³² Em especial, precisamos assegurar que nosso trabalho reflita as necessidades de comunidades que estão distanciadas do establishment e dos tomadores de decisões da elite ou são ignoradas por eles.

Muitos políticos que advogam a xenofobia estão tentando ampliar sua base de apoio para incluir os setores motivados por preocupações econômicas. Eles se retratam astutamente como sendo os fiadores do bem-estar social e ao mesmo tempo procuram colocar a culpa pela piora dos padrões de vida no “establishment” ou em estrangeiros. Essas narrativas não foram adequadamente contestadas por muitas partes do movimento pelos direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional. Não estamos suficientemente focados sobre as realidades socioeconômicas e a alienação sentida pelas comunidades. Grupos menos privilegiados ou comunidades de renda mais baixa não têm probabilidade maior que outros grupos de apoiar narrativas demonizadoras. Na realidade, muitas comunidades menos privilegiadas têm um histórico longo e honrável de liderar e defender a organização e as campanhas baseadas nos direitos. Mas as organizações de direitos humanos, especialmente as como a Anistia Internacional, cuja base original em muitos países abrangia advogados, acadêmicos e jornalistas, não alcançam esses tipos de grupos naturalmente, pelo menos não no Norte global. Onde indivíduos de comunidades marginalizadas se sentem não representados ou distanciados dos argumentos de direitos humanos ou apoiam narrativas demonizadoras, acreditamos que isso reflita em parte o fracasso do movimento dos direitos humanos em mobilizá-los suficientemente e trabalhar com suas preocupações de direitos humanos.

Em segundo lugar, para podermos demonstrar que os direitos humanos beneficiam todas as pessoas e trazem respostas às queixas sociais, culturais e econômicas das pessoas, precisamos entender melhor e trabalhar com as causas que estão à raiz dessas queixas. Sabemos, em especial, que as preocupações de direitos humanos da maioria das pessoas em muitos países estão relacionadas aos DESC¹³³, e acreditamos que, por esse motivo, precisamos voltar mais atenção a questões ligadas aos DESC do que temos feito até agora, especialmente à luz da crise da COVID-19. Os direitos civis e políticos predominam na maior parte do trabalho da Anistia Internacional; futuramente, precisamos de um enfoque mais balanceado que reflita o espectro completo dos direitos humanos e da interconexão entre direitos civis e políticos e os DESC, tanto para comunidades majoritárias quanto minoritárias. A crise da COVID-19 mostra que os setores mais marginalizados, cujos direitos econômicos e sociais lhes são negados, frequentemente arcam com o peso maior de violações como policiamento punitivo e restrições a seus direitos de protesto. A falta



de acesso a recursos também significa que eles são menos capazes de desafiar essas violações. Precisamos pressionar os países a garantir todos os direitos para todos, para que ninguém na sociedade seja deixado para trás.

Isso deve incluir prestar mais atenção ao direito ao trabalho e aos direitos no trabalho (diante da automação, das economias informais e da desindustrialização), direitos habitacionais, direitos à saúde, seguridade social, a crise climática e austeridade, e fazê-lo de uma maneira que combata a discriminação e exclusão por uma série de fatores, incluindo gênero, raça, idade e classe social. Por exemplo, não podemos ignorar o fato de que, em função de discriminação de gênero arraigada ou imposta, as mulheres não gozam de pleno acesso aos DESC e compõem a maioria das pessoas na sociedade afetadas pela discriminação, exclusão de serviços e recursos públicos, conflitos, desastres naturais e males relacionados ao clima.¹³⁴

A Anistia Internacional deve estar na linha de frente dos que reivindicam medidas de segurança social e econômica adequadas para o século 21 e que apresentam o argumento de que direitos humanos podem desempenhar um papel chave no combate à desigualdade social

e econômica. Embora sejamos imparciais em relação a ideologias políticas, podemos e devemos contestar práticas econômicas que evidentemente prejudicam os direitos humanos, tais como níveis e práticas de tributação que roubam o Estado dos recursos que ele necessita para cumprir os direitos humanos, o uso péssimo de recursos públicos para aquecer o planeta, no caso dos subsídios aos combustíveis fósseis, e práticas que permitem que empresas privadas exerçam influência indevida sobre a formulação de políticas públicas, às custas dos direitos humanos da população mais ampla.

Esse trabalho é necessário como questão de princípio, além de estratégia: precisamos assegurar que nosso trabalho não mais envolva desproporcionalmente apenas uma metade da Carta Internacional de Direitos, ou seja, os direitos civis e políticos, mas que lide com os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais de maneira integrada.

Para podermos escolher questões que mobilizam as pessoas, precisamos entender os públicos que queremos atrair. Isso requer investimento significativo em pesquisas com grupos de foco e análise de público. Esse trabalho vai nos ajudar a avaliar que tipos de

preocupações de direitos humanos as pessoas têm em um contexto específico. Também podemos ajudar a desenvolver um entendimento mais nuançado dos fatores por trás do apoio ou tolerância pública da política de demonização, incluindo preocupações que podem ser mais difíceis de abordar, como o medo do deslocamento cultural.

Finalmente, como parte de nossas reflexões e planejamento estratégicos em curso, precisamos realizar consultas amplas com pessoas de todas as partes do espectro político que estão abertas à persuasão mas ainda não estão convencidas, incluindo pessoas de todos os gêneros, as classes sociais e outros elementos demográficos, para melhor compreender suas aspirações e preocupações com direitos humanos e as melhores maneiras de atender e abordar essas preocupações.



Mulheres homenageiam a ativista dos direitos humanos e vereadora Marielle Franco, lembrando o segundo aniversário de seu assassinato. São Paulo, Brasil, 14 de março de 2020. © REUTERS/Amanda Perobelli

SEGUNDA ABORDAGEM: FALAR AO CORAÇÃO

A comunicação persuasiva é crucial para a luta pelos direitos humanos. Muitos dos que enfraquecem os direitos humanos através da demonização conseguem se comunicar bem com as pessoas. Precisamos encarar o desafio de combater o cinismo deles com nossa mensagem positiva sobre como todos nos beneficiamos quando avançamos com união, em lugar de divisão.

Os proponentes da demonização se fortalecem quando se comunicam com as pessoas no nível emocional. Precisamos aprender com isso. Trabalhar sobre as questões certas, possuir boas evidências de violações dos direitos humanos e mostrar o impacto das violações sobre a vida das pessoas é essencial, mas não é o bastante. Embora isso nos ajude a mobilizar pessoas que provavelmente vão concordar conosco, não vai motivar muitas das pessoas que ainda não foram convencidas. Precisamos

nos comunicar sobre direitos humanos de uma maneira que encontre eco nas emoções das pessoas, sua identidade, seus valores, crenças e experiências vividas, além de sua razão.¹³⁵ Precisamos explicar claramente como as ameaças aos direitos humanos são ameaças aos valores da sociedade. Precisamos entender as ansiedades que as pessoas podem ter em relação a segurança nacional, seguridade social ou identidade e formular mensagens que levem em conta essas ansiedades. Em suma, precisamos nos comunicar melhor do que aqueles que recorrem à política da demonização.

Uma abordagem consiste em chamar a atenção para as ligações entre direitos humanos e valores e aspirações nacionais ou comunitários. A Anistia Internacional, como movimento global, precisa falar com uma voz que seja universal. Ela não se identifica com nenhum país em particular. Mas podemos e devemos falar de valores universais em termos que encontrem eco na visão que uma sociedade tem dela mesma. Por exemplo, o Diretor Executivo da Anistia Internacional Indonésia já destacou em muitos eventos públicos como o respeito

pelos pessoas transgênero tem raízes na experiência histórica da Indonésia. Depois dos ataques terroristas de março de 2019 em Christchurch, a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, focou sua atenção apenas em localizar os responsáveis pelos ataques, sem partir para um discurso do tipo “guerra ao terror”. Ela destacou o caráter multiétnico do país e sua atitude acolhedora em relação a recém-chegados e pediu a todos que evitassem discursos de ódio e discriminação contra muçulmanos.¹³⁶

A campanha “Juntos pelo Sim” para abolir a proibição ao aborto na Irlanda apelou para a ideia da Irlanda como “um país compassivo, que precisa de leis que reflitam a realidade da vida das pessoas”. Uma gama ampla e diversa de grupos da sociedade civil, incluindo católicos, uniu suas forças sob o guarda-chuva da campanha.¹³⁷

O governo escocês faz questão de entremear nacionalismo escocês com multiculturalismo e é um dos poucos governos na Europa que lançaria uma campanha como “Uma Escócia, muitas



A primeira-ministra Jacinda Ardern abraça uma fiel na Mesquita Kilbirnie, em Wellington, Nova Zelândia, 17 de março de 2019.
© Hagen Hopkins/Getty Images

culturas". Um fato notável é que bandeiras escocesas são carregadas com muito orgulho em marchas contra o racismo.

Em segundo lugar, fala-se muito no setor das ONGs e mais além sobre a criação de contranarrativas. Na verdade, porém, deveríamos criar nossa própria narrativa, não uma que procure refutar o outro lado. Alguma coisa que possa instigar e mobilizar as pessoas, provavelmente apresentando soluções que beneficiem as pessoas, e não apenas criticando o mundo tal como ele é.

Existe entre o público uma vontade enorme de considerar ideias ousadas, especialmente em um mundo que se recupera da COVID-19. Organizações como a Anistia Internacional têm a responsabilidade de propor tais ideias e argumentar em favor delas. Simplesmente denunciar os piores aspectos da demonização e nos queixar do espaço cívico cada vez mais reduzido é uma atitude defensiva. Precisamos, em lugar disso, apresentar soluções incisivas. Organizar-nos predominantemente em torno do que o outro lado está fazendo o fortalece, concentra o discurso público sobre as demandas dele e não constrói o grande movimento que desejamos para nossa causa.

Para que nossas mensagens sejam ouvidas, elas precisam ser inovadoras e corajosas. Devem ser ambiciosas e ampliar o que é possível. Elas precisam comandar atenção em um mundo cheio de barulho.

Em terceiro lugar, nossas mensagens precisam projetar confiança. Os defensores da demonização geralmente se beneficiam por serem vistos como tendo a segurança das pessoas em mente. Paradoxalmente, eles fazem isso levantando um conjunto de medos reais ou percebidos, enfraquecendo as pessoas e, em seguida, fazendo com que se sintam mais fortes, prometendo garantir a segurança da nação. O trabalho com os direitos humanos não pode e não deve seguir esse padrão, mas precisamos lidar com a maneira como as pessoas se sentem. Pesquisas revelam que atitudes racistas diminuem quando as pessoas se sentem fortes e confiantes.¹³⁸ Fazendo campanha com base em nossas propostas políticas ousadas e uma visão de um futuro melhor, podemos nos unir como um movimento corajoso, fortes graças à nossa ação conjunta e capazes de resolver problemas juntos.

Aqueles que defendem o preconceito muitas vezes são vistos como tendo uma vantagem

porque apelam para os aspectos mais baixos da natureza humana. Mas os humanos somos uma espécie social que construiu o mundo moderno graças à cooperação. É por isso que a Anistia Internacional desenvolveu em 2019 uma nova plataforma de marca: "Humanidade".

- *O poder da humanidade está dentro de cada um de nós. Esse poder eleva todos nós. Com ele, podemos mudar a sociedade para melhor.*
- *Juntos, agimos em solidariedade e compaixão com as pessoas em toda parte, interligados em nossa comunidade compartilhada.*
- *A Anistia Internacional oferece um movimento global que mobiliza a humanidade dentro de todos para que possamos todos viver com cuidado e respeito uns pelos outros.*

Nossa plataforma é construída sobre quatro pilares: mostrar que mudar é possível, apelar para a coragem moral que existe dentro de todos, mostrar força na união e mostrar os direitos humanos como algo com que as pessoas podem sentir empatia.

Isso nos conduz ao quarto ponto desta seção: em nosso trabalho voltado ao público, devemos rejeitar o jargão em favor de linguagem simples e acessível. Não podemos ignorar o fato de que os líderes que demonizam conseguem comunicar-se com as pessoas em um nível emocional profundo. Se quisermos compartilhar nossas mensagens efetivamente, precisamos apresentar o que temos a dizer de uma maneira que será ouvida pela maioria das pessoas. Isso não significa enfraquecer aquilo que estamos pedindo, mas fortalecer o modo em que lançamos nosso apelo.

Por último, não podemos simplesmente produzir materiais inteligentes e depois ficar parados. Os materiais precisam chegar às pessoas. A guerra de propaganda nas redes sociais foi uma niveladora tremenda; qualquer pessoa pode participar diretamente e potencialmente causar efeito devastador. Para ter um impacto são necessários não apenas dados confiáveis e conteúdos fortes e acessíveis, mas também, crucialmente, a capacidade de transmitir esses conteúdos em uma escala que garanta que eles serão vistos por aqueles que precisam vê-los.

TERCEIRA ABORDAGEM: CONSTRUIR DIVERSIDADE NO MOVIMENTO

Globalmente falando, os movimentos dos direitos humanos estão ficando cada vez mais diversos. Estão criando novas parcerias e alianças que abraçam pessoas de todas as partes do espectro econômico. Também estão adotando abordagens que reconhecem as experiências diferentes de opressão que as pessoas têm com base em sua identidade e reconhecem como formas diferentes de discriminação interagem e moldam sua exposição a violações dos direitos humanos e sua capacidade de buscar reparação por elas. É de importância máxima aprendermos com isso e investirmos na diversidade de nosso movimento.

Para estarmos à altura da visão de solidariedade global da Anistia Internacional, precisamos assegurar que nosso movimento seja composto e defenda pessoas de todos os lados das divisões que a política da demonização cria e fomenta. Como questão de princípio, a composição do movimento da Anistia Internacional e sua força de trabalho devem refletir a diversidade das sociedades em que operamos e com as quais queremos nos envolver. Nossa análise indica que uma base ampla de membros também reforça nossa posição para enfrentar com eficácia a política da demonização.

Cada vez mais, os direitos humanos são estereotipados como sendo algo que interessa às pessoas com alto nível de escolaridade, de mentalidade global e de classe média. Sendo uma organização formada por nossos membros, quem somos influi sobre o que fazemos. Muitas partes da Anistia Internacional não apelam para, se engajam com ou mobilizam consistentemente os grupos que enfrentam desvantagens, por exemplo as desvantagens baseadas em gênero, classe social ou etnicidade.

Nosso Comitê Executivo Internacional reconheceu em 2011 que: "A maioria das pessoas na organização são de classe média, com acesso relativamente fácil à educação acadêmica e são do Norte global. Logo, há um contraste marcante entre nossa base de membros e as pessoas pelas quais fazemos campanhas."¹³⁹ Essa situação mudou desde 2011, especialmente com nosso crescimento significativo no



Ativistas jovens em Salvador, Brasil,
14 de dezembro de 2018.
© Shona Hamilton/Amnesty International

Sul e Oriente globais, mas, com a exceção de algumas poucas Seções nacionais, continuamos a ser predominantemente uma organização de classe média. Isso limita nossa capacidade de nos comunicarmos com e mobilizarmos a maioria das pessoas das quais precisamos para efetuar mudanças. Em 2017 nosso Conselho Internacional adotou um plano que visa continuar a aprimorar as práticas, a cultura e os resultados da Anistia Internacional com relação a gênero e diversidade. (140). Esse plano precisa ser plenamente implementado.

Em cada país, a Anistia Internacional precisa ser uma organização cuja base de membros abrange diversas classes sociais, etnias e outras identidades. Se nosso movimento não refletir a composição diversa de nossas sociedades, não estaremos em contato com as preocupações de grupos-chaves. Vamos perder legitimidade e, desse modo, enfraquecer nossa efetividade. A Anistia Internacional precisa não apenas formar parcerias e trabalhar com pessoas de grupos em desvantagem, mas incentivá-las a fazer parte da organização e ajudá-las a alcançar seus objetivos.

Sugerimos três caminhos que podem conduzir a uma Anistia Internacional mais diversa.

Primeiro, precisamos diversificar nossas estratégias de mobilização e engajamento. Precisamos concentrar nossos esforços sobre envolver pessoas de uma gama mais ampla de contextos socioeconômicos, de classe e de escolaridade, ouvindo-as e construindo parcerias dinâmicas com elas.

Em segundo lugar, precisamos investir na educação em direitos humanos, para equipar novas gerações a se defender e defender seus direitos diante daqueles que promovem a demonização. Isso envolve promover uma compreensão melhor do que são os direitos humanos, como funcionam e como afetam a vida de todos. Iniciativas de educação em direitos humanos podem unir as pessoas e oferecer espaços para que aprendam juntas a realizar os direitos humanos.

Em terceiro lugar, nós, como organização, precisamos diversificar a composição de nossa equipe e nossos voluntários. Isso deve incluir medidas como rever nossas práticas de contratação ou facilitar o acesso de

estudantes e jovens de minorias e setores desfavorecidos a oportunidades profissionais. Precisamos formar parcerias com escolas e universidades de áreas carentes, com vistas à criação de esquemas de bolsas, treinamento e programas de carreira para estudantes.

QUARTA ABORDAGEM: ENFOCAR A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Para se conectar com aqueles que ainda não estão persuadidos, a Anistia Internacional precisa mobilizar mais aqueles que buscam transformações ao nível local. Para isso, temos que demonstrar melhor como o internacional, o nacional e o local estão interligados. Quando não se conectam com as lutas locais, as organizações internacionais de direitos humanos correm o risco de parecer ineficazes e irrelevantes.

As narrativas demonizadoras muitas vezes apelam para e reforçam as ansiedades

das pessoas com a diluição de sua identidade comum e a perda de um senso de comunidade ou pertencimento. Para promover essas narrativas, os líderes atacam uma suposta “elite transnacional” que representaria uma ameaça à identidade nacional. Com suas conotações internacionalistas, o movimento dos direitos humanos frequentemente é visto como estando vinculado a essa “elite” supostamente nociva, em oposição aos interesses nacionais.

Contudo, como um movimento de pessoas, a Anistia Internacional tem o potencial de exercer um papel chave dentro de comunidades, promovendo a solidariedade tanto global quanto local. Podemos ajudar a oferecer um senso de pertencimento se acertarmos os mecanismos, com a combinação necessária de atividade, indignação, acessibilidade e a capacidade de efetuar transformações. Precisamos utilizar nosso poder de convocação de

modo inteligente, no palco local além de global, projetando a ideia dos direitos humanos como sendo para “nós” e nossas comunidades, além de para outros em locais distantes. Isso vai assumir formas distintas em diferentes contextos e justifica que sejam feitos experimentos ousados. Sugerimos duas abordagens possíveis, destacando que partes do movimento já estão trabalhando dessas maneiras.¹⁴¹

Primeiramente, devemos nos concentrar em equipar as pessoas para agir dentro das comunidades e redes nas quais já são ativas, como os partidos políticos ou comunidades religiosas. Para isso será preciso que compartilhem o poder e apoiemos outros para construir poder –uma abordagem de cima para baixo ao ativismo não possibilita o tipo de relevância local que precisamos fomentar. Também vai exigir que nos dediquemos mais à organização, ou seja, que ajudemos a identificar e empoderar aqueles que gostariam de

assumir um papel mais ativo ou responsável na liderança de campanhas e do ativismo local. Com relação a isso, o movimento dos direitos humanos no Norte global deveria aprender com muitas partes do Sul global, onde a organização comunitária está ao cerne do ativismo.

Em segundo lugar, devemos possibilitar mais formas locais de ativismo pelos direitos humanos, encorajando e apoiando líderes ativistas a cobrar suas próprias autoridades locais e nacionais e ajudando ativistas a buscar e testar suas próprias ideias para fazer campanhas e exercer pressão pública.

Isso significa que deve haver um bom equilíbrio entre o ativismo de enfoque mais local e nacional, por um lado, e o ativismo internacional, do outro. Os ativistas bem engajados em lutas locais possuem legitimidade maior para serem parte de uma comunidade global que interconecta lutas locais.

FORTALECER PARCERIAS EXISTENTES E CONSTRUIR NOVAS

Oferecer uma alternativa às narrativas de demonização requer um esforço coletivo.

Para que essas quatro abordagens funcionem, a Anistia Internacional precisa investir em parcerias com atores tanto tradicionais quanto não tradicionais, nos níveis global, nacional e local.

Precisamos reconhecer e estar abertos à diversidade do movimento de direitos humanos. Devemos romper as barreiras que ainda existem dentro do setor das ONGs. Em lugar disso, devemos nos abrir para uma cooperação melhor e mais frutífera e desenvolver laços mais fortes com outras instituições e redes informais, grandes e pequenas, que trabalham com e para comunidades. Precisamos pensar nisso em termos de um espectro suficientemente diverso para abranger comunidades que se unem em torno de valores, crenças e práticas compartilhados e plataformas de tecnologia que colocam as pessoas em comunicação umas com as outras.

A Anistia Internacional deve ser aberta a parcerias com grupos baseados em valores que têm pontos em comum com os direitos humanos, mas que talvez mobilizem mais setores particulares da sociedade. Frequentemente trabalhamos com grupos que promovem a justiça social e proteção ambiental, e esses grupos muitas vezes se baseiam em valores e metas claramente ligados ao quadro dos direitos humanos. Precisamos buscar aprofundar essas parcerias.

Onde existe terreno comum, também há espaço para mais colaborações com grupos religiosos que falam a linguagem da fé sobre questões de direitos humanos.¹⁴²

A Anistia Internacional é independente de qualquer religião e não usaria a religião como base de seu trabalho. E não devemos ter a pretensão de ensinar religião a pessoas religiosas. Mas devemos trabalhar com e oferecer uma plataforma a parceiros que apoiam os direitos humanos desde uma perspectiva de fé. Por exemplo, nossos esforços de educação em direitos humanos já envolveram imãs que combatem a mutilação genital feminina. Além disso, membros individuais da Anistia Internacional que integram grupos religiosos devem ser incentivados a promover os direitos humanos e o trabalho da Anistia Internacional dentro dessas comunidades.

NOTAS DE FIM

- 1 “Othering”, ou a discriminação contra o outro, é o processo de “tratar pessoas de um grupo como sendo essencialmente diferentes e de modo geral inferiores às do grupo ao qual você pertence” -- Macmillan Dictionary. Ver também: John Powell e Stephen Menendian, *The Problem of Othering: Towards Inclusiveness and Belonging*, <http://www.otheringandbelonging.org/the-problem-of-othering/> e *The Guardian*, ‘*Us vs them: the sinister techniques of “Othering” – and how to avoid them*’, 8 de novembro de 2017, <https://www.theguardian.com/inequality/2017/nov/08/us-vs-them-the-sinister-techniques-of-othering-and-how-to-avoid-them>
- 2 *he Problem of Othering: Towards Inclusiveness and Belonging*, op. cit
- 3 Anistia Internacional, ‘Protestos em todo o mundo explicados’, 25 de outubro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/10/protests-around-the-world-explained/>
- 4 As pessoas que são os alvos da demonização sistemática e de longo prazo – incluindo refugiados e migrantes, membros de grupos étnicos ou religiosos particulares, mulheres e pessoas em situação de rua – são as menos protegidas e as que são mais gravemente afetadas pela crise da COVID-19. As respostas governamentais à pandemia têm aumentado sua marginalização e exposição à desigualdade e ao racismo e sua utilização como bodes expiatórios. Ver, por exemplo: Anistia Internacional: ‘EUA: administração Trump está usando pandemia de coronavírus para justificar proibição discriminatória da entrada de candidatos a asilo pela fronteira sul’, 18 de março de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/03/usa-trump-coronavirus-pandemic-discriminatory-ban-asylum-seekers/>; ‘Invasões de terra e a COVID-19: as ameaças gêmeas aos povos indígenas do Brasil’, 6 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/land-seizures-and-covid-19-the-twin-threats-to-brazils-indigenous-peoples/>; ‘Líbia: discriminação histórica coloca em risco o direito das minorias no Sul à saúde em meio à COVID-19’, 20 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/libya-historic-discrimination-threatens-right-to-health-of-minorities-in-the-south-amid-covid19/>; e ‘Filipinas: ameaça feita por assessor de Duterte sobre “bolsas mortuárias” revela resposta perigosa das autoridades à COVID-19’, 13 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/philippines-duterte-advisor-threat-body-bags-dangerous-covid19-response/>
- 5 Para algumas reflexões iniciais sobre essa questão, ver: Sevasti Chatzopoulou, ‘Social trust and government responses to Covid-19’ (Confiança Social e respostas governamentais à COVID-19), *Social Europe*, 4 de maio de 2020, <https://www.socialeurope.eu/social-trust-and-government-responses-to-covid-19> e Vivienne Moxham-Hall e Lucy Strang, ‘Public opinion and trust in government during a public health crisis’, King’s College London, 22 de abril de 2020, <https://www.kcl.ac.uk/news/public-opinion-and-trust-in-government-during-a-public-health-crisis>
- 6 Sean Coughlan, BBC News, ‘Dissatisfaction with democracy “at record high” (Insatisfação com a democracia chega a nível recorde) 29 de janeiro de <https://www.bbc.co.uk/news/education-51281722?stfb&fbclid=IwAROGyeNgfl7vcsEQEzv5tTabPPsbKsGKegQxZva7-7STns2Mq4ySXamcDoA>
- 7 Sarantis Michalopoulos, *Euractiv*, ‘Orban attacks the European Court of Human Rights’ (Orban ataca a Corte Europeia de Direitos Humanos), 30 de março de 2017, <https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/orban-attacks-the-european-court-of-human-rights-at-epp-congress/>
- 8 *Time*, ‘Here’s Donald Trump’s Presidential Announcement Speech’ (Veja o discurso de anúncio da candidatura presidencial de Donald Trump), 16 de junho de 2015, <https://time.com/3923128/donald-trump-announcement-speech/>
- 9 Em junho de 2018 o presidente Trump assinou uma ordem executiva revertendo a política, e uma ordem judicial determinou que as famílias deveriam ser reunidas. Mas centenas de crianças continuaram em abrigos, e foi relatado que outras 700 famílias foram separadas no ano seguinte devido a “brechas” na ordem judicial. Ver Michelle Goldberg, *The New York Times*, ‘The Terrible Things Trump Is Doing in Our Name’ (As coisas terríveis que Trump está fazendo em nosso nome), 21 de junho de 2019, <https://www.nytimes.com/2019/06/21/opinion/family-separation-trump-migrants.html>
- 10 Nos últimos anos, defensores dos direitos humanos e organizações da sociedade civil que trabalham com refugiados e migrantes vêm sendo sujeitos a processos criminais infundados, sofrendo restrições indevidas às suas atividades, sendo alvos de intimidação, assédio e campanhas difamatórias em vários países europeus. Ver Anistia Internacional, *Punishing compassion: Solidarity on Trial in Fortress Europe*, (Punindo a compaixão: a solidariedade vai a julgamento na Europa fortaleza), março de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur01/1827/2020/en/>
- 11 Ipsos Mori, ‘Global study shows many around the world uncomfortable with levels of immigration (Estudo global revela que muitos em todo o mundo estão incomodados com os níveis de imigração)’, 11 de agosto de 2015, <https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/global-study-shows-many-around-world-uncomfortable-levels-immigration>; Pew Research Center, Richard Wike, Bruce Stokes e Katie Simmons, ‘Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs Sharp ideological divides across EU on views about minorities, diversity and national identity’ (Europeus receiam que onda de refugiados signifique mais terrorismo e menos empregos. Divisão ideológica aguda na UE em relação a minorias, diversidade e identidade nacional), 11 de julho de 2016, <https://www.pewresearch.org/global/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>; e Gallup, Steve Crabtree e Sofia Kluch, ‘Terrorism, Migration Trouble Many in Europe’ (Terrorismo e migração preocupam muitos na Europa), 15 de junho de 2017, <https://news.gallup.com/poll/212405/terrorism-migration-trouble-europe.aspx>
- 12 Ben Doherty, *The Guardian*, ‘Stripping people of citizenship makes the world less safe, not more’ (Destituir pessoas de cidadania deixa o mundo menos seguro, não mais), 12 de outubro de 2019, <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/oct/12/stripping-people-of-citizenship-makes-the-world-less-safe-not-more>
- 13 Sobre medo de transformações demográficas e seu impacto sobre a tomada de decisões e os comportamentos eleitorais nos EUA, ver Vox, Brian Resnick, ‘White fear of demographic change is a powerful psychological force’ (Medo de brancos de mudanças demográficas é uma força psicológica poderosa), 28 de janeiro de 2017, <https://www.vox.com/science-and-health/2017/1/26/14340542/white-fear-trump-psychologyminority-majority>
- 14 Social Europe Podcast, *How to deal with the far-right? (Como lidar com a extrema-direita?) Cas Mudde*, 23 de setembro de 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=RUYNU4iQ3Ae>

- Spencer P. Boyer, *Foreign Policy*, 'It's Time for the United States and Europe to Face the Politics of Cultural Displacement' (É hora de Estados Unidos e Europa enfrentarem a política do deslocamento cultural), julho de 2018, <https://foreignpolicy.com/2018/07/30/its-time-for-the-united-states-and-europe-to-face-the-politics-of-cultural-displacement/>
- 15 Para um estudo abrangente sobre as atitudes italianas em relação à migração, ver Ipsos Mori e Social Change Institute, *More in Common*, 'Attitudes towards National Identity, Immigration and Refugees in Italy' (Atitudes em relação à identidade nacional, imigração e refugiados na Itália), julho de 2018, <https://www.moreincommon.com/our-work/publications/>
- 16 Tamir Bar-On, 'The radical right and nationalism (A direita radical e o nacionalismo)', in *The Oxford Handbook of the radical right*, ed Jens Rydgren, Oxford University Press, 2018, págs. 18-41.
- 17 A Anistia Internacional já alertou várias vezes sobre como esse fenômeno está sendo exacerbado. Ver, por exemplo, Anistia Internacional: 'Brasil: discurso tóxico não deve tornar-se política governamental', 28 de outubro de 2018, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/10/brazil-toxic-speech-must-not-become-government-policy/>; '(Índia: é preciso condenar os crimes de ódio contra muçulmanos e a islamofobia crescente' 28 de junho de 2017, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/06/india-hate-crimes-against-muslims-and-rising-islamophobia-must-be-condemned/>; e 'Onde eles estão? É hora de termos respostas sobre as detenções em massa na região autônoma uigur de Xinjiang', 24 de setembro de 2018, <https://www.amnesty.org/en/documents/asa17/9113/2018/en/>
- 18 Por exemplo, ver Anistia Internacional, 'Insultos racistas de Trump se traduzem em políticas degradantes e desumanizadoras', (16 de julho de 2019), <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/07/usa-trumps-racist-slurs-translates-into-degrading-dehumanizing-policies/>
- 19 Anistia Internacional, 'EUA: acabem com a violência policial ilegal contra os protestos do movimento Black Lives Matter', 23 de junho de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/06/usa-end-unlawful-police-violence-against-black-lives-matter-protests/>
- 20 BBC News, 'Twitter hides Trump tweet for "glorifying violence"', 29 de maio de 2020, <https://www.bbc.com/news/technology-52846679>
- 21 Associated Press, Hyung-Jin Kim, 'Fears of new virus trigger anti-China sentiment worldwide' (Medo do novo vírus deslança sentimento anti-China em todo o mundo) 2 de fevereiro de 2020, <https://apnews.com/04f18aafe1074a1c06b4203edcbdc661>
- 22 Ver NBC News, Caitlin Yoshiko Kandil, 'Asian Americans report over 650 racist acts over last week, new data says', 26 de março de 2020, <https://www.nbcnews.com/news/asian-america/asian-americans-report-nearly-500-racist-acts-over-last-week-n1169821> e Eren Orbey, *The New Yorker*, 'Trump's "Chinese Virus" and What's at Stake in the Coronavirus's Name' (O 'vírus da China' de Trump e o que está em jogo no nome do coronavírus), 25 de março de 2020, <https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/whats-at-stake-in-a-virus-name>
- 23 Daniel Trilling, *The Guardian*, 'Migrants aren't spreading coronavirus but nationalists are blaming them anyway' (Migrantes não estão propagando o coronavírus mas nacionalistas os culpam mesmo assim), 28 de fevereiro de 2020, <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/feb/28/coronavirus-outbreak-migrants-blamed-italy-matteo-salvini-marine-le-pen>. O mito de que migrantes trazem doenças infecciosas remonta a séculos e tem sido uma das muitas expressões da discriminação contra o outro nas sociedades ocidentais. Recentemente, estudos científicos desmentiram essa ideia antiga. Ver, por exemplo: Organização Mundial de Saúde, *Relatório sobre a saúde de refugiados e migrantes na região europeia da OMS: não há saúde pública sem saúde de refugiados e migrantes* (2018), <http://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/report-on-the-health-of-refugees-and-migrants-in-the-who-european-region-no-public-health-without-refugee-and-migrant-health-2018>
- 24 Por exemplo: Jane Norman, ABC News, 'Pauline Hanson calls for Muslim immigration ban in maiden speech to Senate', 14 de setembro de 2016, <https://www.abc.net.au/news/2016-09-14/one-nation-senator-pauline-hanson-makes-first-speech-to-senate/7845150XX>
- 25 Ellen Barry e Martin Selsoe Sorensen, *The New York Times*, 'In Denmark, harsh new laws for immigrant "ghettos"' (Na Dinamarca, leis novas e duras para os 'guetos' de imigrantes), 1º de julho de 2018, <https://www.nytimes.com/2018/07/01/world/europe/denmark-immigrant-ghettos.html>
- 26 Anistia Internacional: *Europa: Policiando a pandemia: violações dos direitos humanos na aplicação das medidas contra a COVID-19 na Europa*, 24 de junho de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur01/2511/2020/en/>
- 27 Ver, por exemplo, Anistia Internacional Índia, 'Violência alimentada por discursos de ódio requer ação imediata do governo', 25 de fevereiro de 2020, <https://amnesty.org.in/news-update/violence-fuelled-by-hate-speeches-needs-immediate-action-by-the-government/> e *Halt the Hate*, <https://amnesty.org.in/wp-content/uploads/2019/10/Halt-The-Hate-KeyFindings-Amnesty-International-India-1.pdf>
- 28 *Al-Jazeera*, 'In Myanmar, "pervasive hate speech and shrinking freedom"', 5 de março de 2019, <https://www.aljazeera.com/news/2019/03/myanmar-pervasive-hate-speech-shrinking-freedom-190305201420729.html>
- 29 Ministério do Interior britânico, Crimes de ódio, Inglaterra e País de Gales, 2017/18, Boletim Estatístico 20/18, 16 de outubro de 2018, https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/748598/hate-crime-1718-hosb2018.pdf
- 30 Sam Levin, *The Guardian*, 'Crimes de ódio violentos nos EUA alcançam níveis mais altos em 16 anos, informa o FBI', 12 de novembro de 2019, <https://www.theguardian.com/society/2019/nov/12/hate-crimes-2018-latinos-transgender-fbi>
- 31 Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Escritório de Instituições Democráticas e Direitos Humanos, *Denúncias de crimes de ódio: preconceito contra outros grupos -- Sexo*, <https://hatecrime.osce.org/what-hate-crime/bias-against-other-groups-%E2%80%93-sex>

Ver também: Anistia Internacional, *Federação Russa: ativista dos direitos de LGBTIs e mulheres é detida: Yulia Tsvetkova*, 13 de fevereiro de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur46/1752/2020/en/>; *Turcomenistão: homem gay é convocado pela polícia e desaparece: Kasymberti Garaev*, 6 de novembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur61/1363/2019/en/>; e Ucrânia: *Primeira marcha do orgulho em Kharkiv é atingida por violência, destacando falhas de autoridades*, 23 de setembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur50/1077/2019/en/>

- 32 Pew Research Centre, *Um olhar de perto sobre como restrições religiosas vêm aumentando em todo o mundo (2017-2017)*, 15 de julho de 2019, <https://www.pewforum.org/2019/07/15/a-closer-look-at-how-religious-restrictions-have-risen-around-the-world/>
- 33 *Um olhar de perto sobre como restrições religiosas vêm aumentando em todo o mundo (2017-2017)*, op. cit., 'Apêndice B: Índice de Hostilidades Sociais'.
- 34 *Dados citados por Rana Ayyub, Time, 'What a Rising Tide of Violence Against Muslims in India Says About Modi's Second Term' (O que a maré ascendente de violência contra muçulmanos na Índia revela sobre o segundo mandato de Modi)*, 28 de junho de 2019, <https://time.com/5617161/india-religious-hate-crimes-modi/>
- 35 CNN, Helen Regan, Priyali Sur e Vedika Sud, 'India's Muslims feel targeted by rumors they're spreading Covid-19', 24 de abril de 2020, <https://edition.cnn.com/2020/04/23/asia/india-coronavirus-muslim-targeted-intl-hnk/index.html>
- 36 Lucy Hornby, *Financial Times*, 'China defends Uighur internment camps as part of global terrorism fight' (China defende campos de detenção de uigures como parte da luta global contra o terrorismo), 24 de fevereiro de 2019, <https://www.ft.com/content/67c29f1a-3812-11e9-b72b-2c7f526ca5d0> e Steven Lee Myers, *The New York Times*, 'China Defends Crackdown on Muslims, and Criticizes Times Article' (China defende repressão a muçulmanos e crítica artigo do Times), 18 de novembro de 2019, <https://www.nytimes.com/2019/11/18/world/asia/china-xinjiang-muslims-leak.html?login=email&auth=login-email>
- 37 Ver, por exemplo, Anistia Internacional, 'Mesut Ozil's Uyghur post: 10 things you need to know about China's Xinjiang crisis', 18 de dezembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/12/ozils-uyghur-post-10-things-you-need-to-know-about-chinas-xinjiang-crisis/> e Human Rights Watch, *China's Algorithms of Repression, Reverse Engineering a Xinjiang Police Mass Surveillance App*, 1º de maio de 2019, <https://www.hrw.org/report/2019/05/02/chinas-algorithms-repression/reverse-engineering-xinjiang-police-mass>
- 38 Aristotle Kallis, 'The radical right and Islamophobia' (A direita radical e a islamofobia), em *The Oxford Handbook of the radical right*, op. cit., pág.55.
- 39 Edward Luce, *Financial Times*, 'The world's indifference to Muslims' woes' (A indiferença do mundo diante do sofrimento de muçulmanos), 2 de janeiro de 2020, <https://www.ft.com/content/22a265ce-2d0c-11ea-bc77-65e4aa615551>
- 40 Anistia Internacional, 'Dinamarca: proibição do véu que cobre rosto é uma violação discriminatória dos direitos de mulheres', 1º de agosto de 2018, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/08/denmark-face-veil-ban-a-discriminatory-violation-of-womens-rights/>; 'França aprova a proibição do véu que cobre o rosto', 13 de julho de 2010, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2010/07/francia-vota-proibir-velo-integral/>, e 'Bélgica aprova proibição do véu que cobre o rosto', 30 de abril de 2010, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2010/04/belgium-votes-ban-full-face-veils/>
- 41 Vahin Niayesh, *Quartz*, 'Statistics show that Trump's "travel ban" was always a Muslim ban' (Estatísticas mostram que a "proibição de viagens" de Trump sempre foi uma proibição de muçulmanos), 28 de outubro de 2019, <https://qz.com/1736809/statistics-show-that-trumps-travel-ban-was-always-a-muslim-ban/>
- 42 Lillo Montalto Monella e Sandrine Amiel, *Euro News*, 'Salvini claims he is saving Europe from Islam, what are the facts?' (Salvini alega estar salvando a Europa do islã, quais são os fatos?), 6 de maio de 2019, <https://www.euronews.com/2019/05/03/europe-will-become-an-islamic-caliphate-if-we-don-t-take-back-control-salvini-tells-hungary>
- 43 Tell MAMA, *Tell MAMA Annual report 2018: Normalising Hatred (Relatório anual 2018 Tell MAMA: normalizando o ódio)*, https://tellmama.org/tell-mama-annual-report-2018_-normalising-hate/
- 44 Alex Ward, *Vox*, 'Aung San Suu Kyi meets with Hungary's Orbán to lament their "growing Muslim populations"' (Aung San Suu Kyi se reúne com líder húngaro Orbán para lamentar as "populações muçulmanas crescentes" dos dois países), 7 de junho de 2019, <https://www.vox.com/2019/6/7/18656603/aung-san-suu-kyi-viktor-orban-muslims>
- 45 Anistia Internacional Índia, 'Lei da cidadania (emenda): uma lei preconceituosa que precisa ser revogada prontamente', 12 de dezembro de 2019, <https://amnesty.org.in/news-update/citizenship-amendment-bill-a-bigoted-law-that-must-be-immediately-repealed/>
- 46 Andrea Mammone, *The Independent*, 'Antisemitism is on the rise in Europe, riding a wave of nationalism. How did we forget the horrors of history so fast?' (O antissemitismo cresce na Europa na crista de uma onda de nacionalismo. Como esquecemos os horrores da história tão rapidamente?), 16 de novembro de 2019, <https://www.independent.co.uk/voices/antisemitism-europe-far-right-nationalism-jewish-racism-a9205406.html> e John Henley, *The Guardian*, 'Antisemitism rising sharply across Europe, latest figures show' (Antissemitismo em ascensão forte em toda a Europa, mostram números mais recentes), 15 de fevereiro de 2019, <https://www.theguardian.com/news/2019/feb/15/antisemitism-rising-sharply-across-europe-latest-figures-show>
- 47 Ian Lovett, *Wall Street Journal*, 'Rise in Anti-Semitic Incidents Goes Beyond Recent Violent Attacks' (Aumento nos incidentes antissemitas ultrapassa violentos ataques recentes), 17 de dezembro de 2019, <https://www.wsj.com/articles/rise-in-anti-semitic-incidents-goes-beyond-recent-violent-attacks-11576611407> e Doug Criss e Mallory Simon, CNN, 'Anti-Semitic incidents remained at historically high levels in 2018', 14 de maio de 2019, <https://edition.cnn.com/2019/04/30/us/antisemitic-incidents-2018-adl-trnd/index.html>
- 48 Ruth Wodak, 'The radical right and antisemitism' (A direita radical e o antissemitismo), em *The Oxford Handbook of the radical right*, op. cit., pág. 81.
- 49 Patrick Kingsley, *The New York Times*, 'Anti-Semitism Is Back, From the Left, Right and Islamist Extremes. Why?' (O antissemitismo está de volta, vindo da extrema direita, esquerda e islâmica. Por quê?) 4 de abril de 2019, <https://www.nytimes.com/2019/04/04/world/europe/antisemitism-europe-united-states.html>
- 50 Por exemplo: Jason Horowitz, *The New York Times*, 'Holocaust Survivor Is Swept Up in Italy's Storm of Vitriol' (Sobrevivente do Holocausto é envolto na tempestade de fel da Itália), 8 de novembro de 2019, <https://www.nytimes.com/2019/11/08/world/europe/liliana-segre-holocaust-survivor.html> e *The Atlantic*, Rachel Donadio, 'Italy Has an Intolerance Problem. Does It Still Have a Moderate Right?' (A Itália tem um problema de tolerância. Ela ainda tem uma direita moderada?) 10 de novembro de 2019, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2019/11/attacks-liliana-segre-illustrate-italys-intolerance-problem/601690/>
- 51 Agência da União Europeia para os direitos fundamentais, *Experiências e percepções*

- de antissemitismo – Segunda pesquisa sobre discriminação e crimes de ódio contra judeus na UE, dezembro de 2018, <https://fra.europa.eu/en/publication/2018/2nd-survey-discrimination-hate-crime-against-jews> e 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Eliminação de todas as formas de intolerância religiosa, 20 de setembro de 2019 (UN Doc. A/74/358).
- 52 Anistia Internacional, 'Egito: é preciso levar à justiça os responsáveis pelo ataque mais mortal em anos numa igreja', 11 de dezembro de 2016, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/12/egypt-bring-to-justice-those-behind-deadliest-church-attack-in-years/> e Anistia Internacional Reino Unido, 'Egito: Governo precisa proteger cristãos coptas visados numa série de ataques letais no norte do Sinai', 1º de março de 2017, <https://www.amnesty.org.uk/press-releases/egypt-government-must-protect-coptic-christians-targeted-string-deadly-attacks-north>
- Ver também: Open Doors, World Watch List, <https://www.opendoorsuk.org/persecution/world-watch-list/>; Patrick Wintour, *The Guardian*, 'Persecution of Christians "coming close to genocide" in Middle East – report' (Perseguição a cristãos "se aproxima do genocídio" no Oriente Médio), 2 de maio de 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/may/02/persecution-driving-christians-out-of-middle-east-report>
- 53 Open Doors, World Watch List, <https://www.opendoorsuk.org/persecution/world-watch-list/>; Harriet Sherwood, *The Guardian*, 'Christians flee growing persecution in Africa and Middle East' (Cristãos fogem da perseguição crescente na África e Oriente Médio), 13 de janeiro de 2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/jan/13/christians-flee-growing-persecution-africa-middle-east>; e 'One in three Christians face persecution in Asia, report finds' (Um em cada três cristão na Ásia sofre perseguição, segundo relatório), 16 de janeiro de 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/16/one-in-three-christians-face-persecution-in-asia-report-finds>
- 54 Lucille Griffon, Charlotte Pruth e Maria Johansson, EuroMed Rights e a Fundação Kvinna till Kvinna, *The Fierce and the furious: Feminist insights into the anti-gender narratives and movement (As ferozes e furiosas: insights feministas sobre nas narrativas e o movimento antigênero)*, novembro de 2019, https://kvinnatillkvinna.org/wp-content/uploads/2019/12/The_fierce_and_the_furious.pdf e Cas Mudde, *New Statesman*, 'Why the far right is obsessed with "gender ideology"' (Por que a extrema-direita é tão obcecada pela "ideologia de gênero"), 20 de setembro de 2019, <https://www.newstatesman.com/world/europe/2019/09/why-far-right-obsessed-gender-ideology>
- 55 ABC, 'MEC proíbe materiais sobre "ideologia de gênero"', 10 de outubro de 2017, <https://www.abc.com.py/nacionales/mec-prohibe-materiales-sobre-ideologia-de-genero-1639373.html>
- 56 Anistia Internacional, 'Paraguai: Anistia Internacional move ação por inconstitucionalidade contra resoluções que discriminam pessoas LGBT', 14 de outubro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/10/paraguay-resoluciones-discriminatorias-contra-personas-lgbti/>
- 57 *The Washington Post*, 'Here's how attention to gender affected Colombia's peace process' (Como a atenção ao gênero afetou o processo de paz na Colômbia), 9 de outubro de 2016 <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/10/09/heres-how-attention-to-gender-affected-colombias-peace-process/> e *Semana*, 'Ideologia de gênero, el caballo de batalla del No al plebiscito', 9 de setembro de 2016, <https://www.semana.com/nacion/articulo/ideologia-de-genero-el-caballo-de-batalla-del-no-al-plebiscito/493093>
- 58 Roman Kuhar e David Paternotte (eds), *Anti-gender campaigns in Europe. Mobilizing against equality*, (2017), London: Rowman & Littlefield.
- 59 Agnieszka Graff, 'Report from the gender trenches: War against "genderism" in Poland' (Relatório das trincheiras do gênero: a guerra contra o "generismo" na Polônia), *European Journal of Women's Studies*, 2014, 21(4), págs. 431–442.
- 60 Comitê Búlgaro em Helsinque, 'NGOs in Bulgaria Condemn Constitutional Court Decision Rejecting Istanbul Convention' (ONGs na Bulgária condenam decisão judicial que rejeitou Convenção de Istambul), 30 de julho de 2018, https://www.bghelsinki.org/en/news/press/single/20180730-press-istanbul-convention_EN/
- 61 Novinite.com, The Slovak Parliament Rejected the Istanbul Convention, 26 February 2020, <https://www.novinite.com/articles/203342/The+Slovak+Parliament+Rejected+the+Istanbul+ConventionNovinite.com>, The Slovak Parliament Rejected the Istanbul Convention (O Parlamento eslovaco rejeitou a Convenção de Istambul), 26 de fevereiro de 2020, <https://www.novinite.com/articles/203342/The+Slovak+Parliament+Rejected+the+Istanbul+Convention>
- 62 *The Atlantic*, Eliza Apperly, 'Why Europe's Far Right Is Targeting Gender Studies' ('Por que a extrema-direita europeia ataca os estudos de gênero'), 15 de junho de 2019, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2019/06/europe-far-right-target-gender-studies/591208/>
- 63 *Engnews24h*, 'World Panic in Bulgaria – BBC tells how Torbalan campaign is being done' (Pânico mundial na Bulgária: BBC revela como está sendo travada campanha de Torbalan), 12 de fevereiro de 2020, <https://engnews24h.com/world-panic-in-bulgaria-bbc-tells-how-torbalan-campaign-is-being-done/>
- 64 *Europa Press*, 'Las sexólogas amenazadas en La Rioja por charlas en colegios emprenden acciones legales "por campaña de acoso y odio"' (As sexólogas ameaçadas em La Rioja por palestras em escolas movem ação judicial por "campanha de assédio e ódio"), 21 de janeiro de 2020, <https://www.europapress.es/la-rioja/noticia-sexologas-amenazadas-rioja-charlas-colegios-empresen-acciones-legales-campana-acoso-odio-20200121132044.html>
- 65 Isabel Valdés, *El País*, 'Una diputada de Vox hace ecografías a embarazadas en una furgoneta' (Deputada do Vox faz ecografias de grávidas em van), 16 de novembro de 2019, https://elpais.com/ccaa/2019/11/15/madrid/1573816616_363785.html
- 66 Claire Provost, Open Democracy, 'Who's happy about coronavirus?' (Quem está feliz com o coronavírus?), 31 de março de 2020, https://www.opendemocracy.net/en/5050/whos-happy-about-coronavirus/?fbclid=IwAR38DR35gT5VUwMis8sqfw-1dUif8vy9WtoBPZowMXshALYpuu1iGqOy_ichttps://www.opendemocracy.net/en/5050/whos-happy-about-coronavirus/?fbclid=IwAR38DR35gT5VUwMis8sqfw-1dUif8vy9WtoBPZowMXshALYpuu1iGqOy_ic
- 67 Roger Eatwell, 'Charisma and the radical right' (O carisma e a direita radical), em *The Oxford Handbook of the radical right*, op. cit., pág.256.
- 68 Pippa Norris, *Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian-Populism*, Cambridge University Press, 2019 e Amanda Taub, *Vox*, 'The rise of American authoritarianism' (A ascensão do autoritarismo americano), 1º de maio de 2016, <https://>

- www.vox.com/2016/3/1/11127424/trump-authoritarianism
- 69 Ver, por exemplo, Anistia Internacional, *Purged beyond return? No remedy for Turkey's dismissed public sector workers*, outubro de 2018, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur44/9210/2018/en/> e *Hungary: New laws that violate human rights, threaten civil society and undermine rule of law should be shelved*, junho de 2018, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur27/8633/2018/en/>
- 70 Anistia Internacional, 'Hungria: nova lei da Covid-19 não deve conceder poderes ilimitados ao governo', 27 de março de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/03/hungary-government-must-not-be-granted-unlimited-powers-by-new-covid19-law/>; 'Hungria: governo deve revogar proibição do reconhecimento legal de gênero', 3 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur27/2085/2020/en/>; e 'Hungria: Bloqueamento de tratado contra violência doméstica deixa mulheres ainda mais expostas durante a crise da COVID-19', 5 de maio de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/05/hungary-blocking-of-domestic-violence-treaty-further-exposes-women/>
- 71 Anistia Internacional, 'Polônia: proibição do aborto e leis retrógradas sobre educação sexual não devem ser aprovadas às pressas sob o manto da COVID-19', 14 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/poland/>
- 72 Anistia Internacional, 'Filipinas: em meio à resposta à pandemia, presidente Duterte dá ordens de "atirar para matar"', 2 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/philippines-president-duterte-shoot-to-kill-order-pandemic/>
- 73 Anistia Internacional: 'Camboja: poderes emergenciais propostos vão obliterar direitos humanos', 2 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/cambodia-proposed-emergency-power-obliterate-human-rights/>
- 74 Muitos países estão usando dados de celular para rastrear os movimentos das pessoas sem a proteção da anonimização ou da agregação. Ver, por exemplo, Anistia Internacional, 'COVID-19, vigilância e a ameaça aos seus direitos', 3 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/covid-19-surveillance-threat-to-your-rights/> e 'Como a China usou tecnologia para combater a COVID-19 – e intensificar o arrocho dos cidadãos', 17 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/how-china-used-technology-to-combat-covid-19-and-tighten-its-grip-on-citizens/>
- 75 Por exemplo, Hope not Hate, *The International Alternative Right: An explainer*, <https://www.hopenothate.org.uk/wp-content/uploads/2019/07/Alt-Right-report-SHORT-2019-v1.pdf>
- 76 Por exemplo, ver Kevin Roose, *The New York Times*, 'On Gab, an Extremist-Friendly Site, Pittsburgh Shooting Suspect Aired His Hatred in Full' (No Gab, site favorável a extremistas, suspeito de massacre a tiros em Pittsburgh externou seu ódio plenamente), 28 de outubro de 2018, <https://www.nytimes.com/2018/10/28/us/gab-robert-bowers-pittsburgh-synagogue-shootings.html>
- 77 *Euractiv*, 'Orbán commiserates with "fellow combatant" Salvini' (Orbán se solidariza com 'combatente correligionário' Salvini), 30 de agosto de 2019, <https://www.euractiv.com/section/elections/news/orban-commiserates-with-fellow-combatant-salvini>
- 78 Ver, por exemplo, BBC News, 'Trump-Duterte: US president hails "great relationship" (Trump-Duterte: presidente americano elogia "ótimo relacionamento")', 13 de novembro de 2017, <https://www.bbc.co.uk/news/world-asia-41964930>
- 79 Ver, por exemplo, Politico, Maïa De La Baume e Silvia Sciorilli Borrelli, 'Steve Bannon's stuttering European adventure' (A aventura europeia desajeitada de Steve Bannon), 5 de março de 2019, <https://www.politico.eu/article/steve-bannon-european-parliament-the-movement-stuttering-european-adventure/> Anti-feminist and anti-LGBTI transnational alliances have had more impact. See, for example, Sian Norris, Open Democracy, 'International anti-feminist network organises rally in Spain', 9 de março de 2019, <https://www.opendemocracy.net/en/5050/international-anti-feminist-network-organises-rally-spain/>
- 80 Anistia Internacional, *Defensores dos direitos humanos ameaçados – espaço reduzido para a sociedade civil* (<https://www.amnesty-international.be/sites/default/files/bijlagen/act3060112017english.pdf>); *Ataques mortais, mas evitáveis: assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que defendem os direitos humanos* <https://www.amnesty.org/en/documents/act30/7270/2017/en/>; *Leis criadas para silenciar: a repressão global às organizações da sociedade civil* <https://www.amnesty.org/en/documents/act30/9647/2019/en/>; e *Desafiando o poder, combatendo a discriminação: um chamado à ação para reconhecer e proteger as defensoras dos direitos humanos* <https://www.amnesty.org/en/documents/act30/1139/2019/en/>
- 81 Repórteres Sem Fronteiras, *Índice de Liberdade de Imprensa no Mundo 2019 – um ciclo de medo*, <https://rsf.org/en/2019-world-press-freedom-index-cycle-fear>
- 82 Ver, por exemplo, Anistia Internacional, *Hong Kong: Assédio e prisão de monitores dificulta monitoramento das violações de direitos humanos em protestos*, 6 de dezembro de 2019 <https://www.amnesty.org/en/documents/asa17/1495/2019/en/> e 'Chile: política intencional de ferir manifestantes aponta para responsabilidade de comandantes', 21 de novembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/11/chile-responsible-political-deliberate-to-harm-protesters/>
- Outras formas de demonização, de tratar defensores dos direitos humanos como "inimigos do desenvolvimento", têm uma história mais longa. A demonização foi usada por exemplo no Quênia, nas décadas de 1980 e 1990, pelo presidente Daniel Arap Moi, entre muitos outros. Manifestações mais recentes disso incluem o presidente Bolsonaro retratando comunidades indígenas como a antítese do desenvolvimento industrial do Brasil; o primeiro-ministro indiano Narendra Modi e o primeiro-ministro australiano Scott Morrison tratando grupos ambientalistas como ameaças à prosperidade econômica, e o governo britânico classificando o grupo de combate à crise climática Extinction Rebellion como organização terrorista.
- 83 Anistia Internacional, *Punindo a compaixão: a solidariedade sob julgamento na Europa fortaleza*, março de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur01/1827/2020/en/>
- 84 Anistia Internacional, 'A bravura daqueles na Ilha de Manus que denunciam publicamente o que ocorre ali ficará na história', 21 de novembro de 2018, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/11/the-bravery-of-those-who-speak-out-from-manus-island-will-go-down-in-history/>
- 85 Anistia Internacional, *USA: "Salvar vidas não é crime": assédio legal politicamente motivado cometido pelos EUA contra defensores dos direitos humanos de migrantes*, julho de 2019, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr51/0583/2019/en/>

- 86 Anistia Internacional, *Federação russa: lei das “fake news” impulsionada pela COVID-19 ameaça liberdade de expressão*, 3 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur46/2093/2020/en/>
- 87 Anistia Internacional, *Hungria: Governo não deve usar poder extraordinário para reverter direitos humanos em meio à emergência da COVID-19*, 31 de março de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur27/2046/2020/en/>
- 88 Anistia Internacional, ‘Camboja: poderes emergenciais propostos vão obliterar direitos humanos’, 2 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/cambodia-proposed-emergency-power-obliterate-human-rights/>
- 89 Anistia Internacional, ‘Repressão a jornalistas enfraquece esforços para combater COVID-19’, 1º de maio de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/05/global-crackdown-on-journalists-weakens-efforts-to-tackle-covid19/>
- 90 Ver, por exemplo, Mohammed Cherkaoui, *The Mediatized Islamophobia in America: Ideological Precursors and Identity Politics*, Centro de Estudos da Al Jazeera, 9 de novembro de 2016, https://studies.aljazeera.net/sites/default/files/articles/reports/documents/be2b92f99b1642348bea3c82a298b424_100.pdf
- 91 Ver, por exemplo, Anistia Internacional, *Twitter tóxico – um lugar tóxico para mulheres*, <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2018/03/online-violence-against-women-chapter-1/>
- 92 Robert Elliott Smith, *USA Today*, *Meu feed de mídia social é diferente do seu, e isso está gerando mais polarização política*, 2 de setembro de 2019, <https://www.ucl.ac.uk/news/headlines/2019/sep/social-media-driving-political-polarization>
- 93 Kevin Roose, *The New York Times*, ‘A criação de um radical do YouTube!’, junho de 2019, <https://www.nytimes.com/interactive/2019/06/08/technology/youtube-radical.html>
- 94 Anistia Internacional, *Twitter tóxico – um lugar tóxico para mulheres*, op.cit.
- 95 Karsten Müller e Carlo Schwarz, *Atiçando as chamas do ódio: redes sociais e crimes de ódio*, Universidade de Warwick, Maio de 2018, https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/research/centres/cage/manage/publications/373-2018_schwarz.pdf e Amanda Taub e Max Fisher, *New York Times*, ‘Facebook alimentou ataques contra refugiados na Alemanha, sugere nova pesquisa’, 21 de agosto de 2018. <https://www.nytimes.com/2018/08/21/world/europe/facebook-refugee-attacks-germany.html>
- 96 Relatório da missão investigativa independente internacional sobre o Mianmar (A/HRC/39/64), 12 de setembro de 2018, https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/FFM-Myanmar/A_HRC_39_64.pdf
- 97 Ver: Anistia Internacional, *Gigantes da vigilância: como o modelo econômico do Google e Facebook ameaça os direitos humanos* <https://www.amnesty.org/en/documents/pol30/1404/2019/en/> págs. 35-36.
- 98 Anistia Internacional, *Gigantes da vigilância: como o modelo econômico do Google e Facebook ameaça os direitos humanos*, op. cit.
- 99 Molly McKew, *Wired*, ‘A Rússia afetou a eleição de 2016? Agora é inegável’, 16 de fevereiro de 2018, <https://www.wired.com/story/did-russia-affect-the-2016-election-its-now-undeniable/>.
- 100 Julie Ricard e Juliano Medeiros, ‘Usando a desinformação como arma política: no Brasil, a COVID-19 e Bolsonaro’, *Misinformation Review*, Harvard Kennedy School, 17 de abril de 2020, <https://misinformationreview.hks.harvard.edu/article/using-misinformation-as-a-political-weapon-covid-19-and-bolsonaro-in-brazil/>
- 101 Jihan Abdalla, *Al-Jazeera*, ‘No Brasil, Bolsonaro enfrenta “momento de crise” com o alastramento do coronavírus’, 6 de maio de 2020, <https://www.aljazeera.com/news/2020/05/brazils-bolsonaro-facing-crisis-moment-coronavirus-spreads-200504193650707.html>
- 102 Council on Foreign Relations, ‘A influência do WhatsApp’s na eleição brasileira e como ajudou Jair Bolsonaro a ganhar’, 13 de novembro de 2018, <https://www.cfr.org/blog/whatsapp-influence-brazilian-election-and-how-it-helped-jair-bolsonaro-win> ; Rohit Chopra, *The Conversation*, ‘Na Índia, WhatsApp é arma de ódio antissocial’, 23 de abril de 2019, <https://theconversation.com/in-india-whatsapp-is-a-weapon-of-antisocial-hatred-115673> ; e Madhumita Murgia, Stephanie Findlay e Andres Schipani, *The Financial Times*, ‘Índia: a eleição do WhatsApp’, 5 de maio de 2019, <https://www.ft.com/content/9fe88fba-6c0d-11e9-a9a5-351eeaf6d84>
- 103 Dominic Spohr, ‘Fake news e polarização ideológica: bolhas de filtragem e exposição seletiva nas redes sociais’, *Business Information Review*, Volume: 34 número: 3, págs. 150-160, Sage Publications (2017), <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0266382117722446>; e Council on Foreign Relations, *Discursos de ódio nas redes sociais: comparações globais*, 7 de junho de 2019, disponível em <https://www.cfr.org/backgrounder/hate-speech-social-media-global-comparisons>.
- 104 Kate Jones, Chatham House, *Desinformação online e discurso político: aplicando um contexto de direitos humanos*, Novembro de 2019, <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2019-11-05-Online-Disinformation-Human-Rights.pdf>
- 105 Em 2015 o primeiro-ministro dinamarquês Lars Lokke Rasmussen pediu que fossem feitas modificações à Convenção das Nações Unidas sobre os Refugiados. Ver Reuters, ‘Dinamarca quer debate sobre a Convenção de Genebra se a Europa não puder frear o influxo de refugiados’, 28 de dezembro de 2015, <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-denmark/denmark-wants-geneva-convention-debate-if-europe-cannot-curb-refugee-influx-idUSKBN0UB10020151228> Em janeiro de 2016 o Parlamento dinamarquês adotou várias medidas para reduzir o número de candidatos a asilo que chegavam ao país. Ver Anistia Internacional, ‘Parlamento deve rejeitar alterações cruéis e retrógradas à lei dos refugiados’, 21 de janeiro de 2016, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/01/danish-parliament-should-reject-changes-to-refugee-law/>
- 106 Anistia Internacional, *Defensores dos direitos humanos ameaçados – espaço reduzido para a sociedade civil*, op. cit., e *Ataques mortais, mas evitáveis: assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que defendem os direitos humanos*, op. cit.
- 107 Federal Register, Vol. 84, No.104, 30 de maio de 2019, <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-05-30/pdf/2019-11300.pdf>
- 108 Samuel Moyn, *The American Prospect*, ‘Pompeo poderá redefinir os direitos humanos para a era de Trump??’, 12 de julho de 2019, <https://prospect.org/power/can-pompeo-redefine-human-rights-trump-era/>
- 109 Por exemplo, em abril de 2019 cinco países sul-americanos (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e Paraguai) divulgaram uma “declaração do Sistema Interamericano” buscando impor restrições às ações do mecanismo regional interamericano de modo para atender a

- seus próprios interesses e, desse modo, colocar os direitos de vítimas em risco. Ver Anistia Internacional, 'Américas: Sistema Interamericano é crucial para garantir os direitos humanos na região', 24 de abril de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/04/americas-sistema-interamericano-fundamental-para-derechos-humanos/>
- 110 Oliver Winridge, 'Sob ataque? Por baixo do radar? Subapreciada? Todas as opções anteriores? Momento de prestação de contas da Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos', *OpinioJuris*, 7 de maio de 2020, <https://opiniojuris.org/2020/05/07/under-attack-under-the-radar-under-appreciated-all-of-the-above-a-time-of-reckoning-for-the-african-court-on-human-and-peoples-rights/> e Nicole De Silva, 'Uma corte em crise: a resistência crescente dos Estados africanos à Corte de Direitos Humanos', *OpinioJuris*, 19 de maio de 2020, <http://opiniojuris.org/2020/05/19/a-court-in-crisis-african-states-increasing-resistance-to-africas-human-rights-court/>
- 111 Anistia Internacional, 'Filipinas: retirada equivocada do TPI a mando de Duterte chega tarde demais para frear a marcha da justiça', 14 de março de 2018, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/03/philippines-duterte-misguided-icc-withdrawal-comes-too-late-to-stop-wheels-of-justice/>
- 112 Anistia Internacional, 'EUA: Congresso precisa sustar plano da administração de suspender financiamento crítico da OMS', 15 de abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/us-congress-must-halt-plan-suspend-critical-funding-who/>
- 113 Por exemplo, os EUA primeiro questionaram a legitimidade do Conselho de Direitos Humanos da ONU e sua imparcialidade e depois, um ano mais tarde, se retiraram completamente da instituição. Ver: Nick Cumming-Bruce e Somini Sengupta, *The New York Times*, 'Em discursos em Genebra, Nikki Haley retrata EUA como defensor dos direitos', 6 de junho de 2017, <https://www.nytimes.com/2017/06/06/world/europe/united-nations-trump-human-rights.html> e Gardiner Harris, *The New York Times*, 'Administra Trump retira EUA do Conselho de Direitos Humanos da ONU', 19 de junho de 2018, <https://www.nytimes.com/2018/06/19/us/politics/trump-israel-palestinians-human-rights.html>
- 114 Anistia Internacional, 'Política migratória falha da UE requer mudança radical', 22 de junho de 2017, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/06/a-radical-change-is-needed-to-failing-eu-migration-policy/>
- 115 Anistia Internacional, 'UE: acordo sobre refugiados fechado com a Turquia tem custo alto demais em termos de direitos humanos para ser reproduzido em outros lugares', 14 de fevereiro de 2017, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/02/eu-human-rights-cost-of-refugee-deal-with-turkey-too-high-to-be-replicated-elsewhere/>
- 116 Anistia Internacional, 'Líbia: renovação do acordo de migração confirma cumplicidade da Itália na tortura de migrantes e refugiados', 30 de janeiro de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/01/libya-renewal-of-migration-deal-confirms-italys-complicity-in-torture-of-migrants-and-refugees/>
- 117 Posição da Anistia Internacional sobre as obrigações de direitos humanos da cooperação e assistência internacional e a COVID-19 (Index: POL 30/2337/2020).
- 118 Anistia Internacional, *Expostos, silenciados, atacados: falhas na proteção de trabalhadores da saúde e essenciais durante a pandemia de COVID-19*, julho de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/pol40/2572/2020/en/>
- 119 Fundo Monetário Internacional, 'A resposta do FMI à COVID-19', 29 de junho de 2020, <https://www.imf.org/en/About/FAQ/imf-response-to-covid-19#Q1> e Banco Mundial, 'Grupo Banco Mundial age prontamente para ajudar países a responder à COVID-19', 2 de abril de 2020, <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/04/02/the-world-bank-group-moves-quickly-to-help-countries-respond-to-covid-19>
- 120 Anistia Internacional, 'G20: países ricos e poderosos precisam assegurar que medidas de recuperação da COVID-19 combatam pobreza global, desigualdade e a crise climática', 17 de julho de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/07/g20-rich-powerful-states-must-ensure-covid19-recovery-measures-tackle-global-poverty-inequality-and-the-climate-crisis/>
- 121 Ver, por exemplo: *Al-Jazeera*, 'Egito coloca 13 pessoas na lista de "terrorismo", incluindo Ziad El-elaimy', 18 de abril de 2020, <https://www.aljazeera.com/news/2020/04/egypt-puts-13-people-including-zyad-el-elaimy-terrorism-list-200418200113754.html> e Anistia Internacional: 'Egito: político e advogado de direitos humanos sentenciado a um ano de prisão por entrevista à BBC', 10 de março de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/03/egypt-politician-and-human-rights-lawyer-sentenced-to-year-in-prison-for-bbc-interview/>
- 122 Anistia Internacional, 'O estado de emergência permanente na França', 26 de setembro de 2017, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/09/a-permanent-state-of-emergency-in-france/>
- 123 Anistia Internacional, '*Se você é pobre, você é morto*': execuções extrajudiciais na "guerra às drogas" nas Filipinas', 31 de janeiro de 2017, <https://www.amnesty.org/en/documents/asa35/5517/2017/en/>
- 124 Greenpeace Índia, 'Repressão governamental força Greenpeace Índia a reduzir seu trabalho contra mudança climática', 20 de dezembro de 2018, <https://www.greenpeace.org/india/en/press/3283/government-crackdown-forces-greenpeace-india-to-cut-back-work-on-climate-change/>
- 125 Global Witness, *Inimigos do Estado? Como governos e empresas silenciam defensores da terra e do meio ambiente*, 30 de julho de 2019, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/enemies-state/>
- 126 Ver, por exemplo: Mike Berry, Inaki Garcia-Blanco, Kerry Moore, *Cobertura da imprensa da crise de refugiados e migrantes na UE: análise do conteúdo de cinco países europeus*, Alta Comissária das Nações Unidas para os Refugiados, 2016, <http://www.unhcr.org/56bb369c9.html>
- 127 Anistia Internacional, *Leis designadas para silenciar: a repressão global das organizações da sociedade civil*, <https://www.amnesty.org/en/documents/act30/9647/2019/en/>
- 128 Samuel Moyn, *Not Enough: Human Rights in an Unequal World*, Harvard University Press (2018).
- 129 Ver Anistia Internacional, *Espanha: Prescrição errada: o impacto das medidas de austeridade sobre o direito à saúde na Espanha*, 24 de abril de 2018, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur41/8136/2018/en/> e *Chade: orçamentos estrangulados, dissensão silenciada: o custo humano das medidas de austeridade no Chade*, 16 de julho de 2018, <https://www.amnesty.org/en/documents/afr20/8203/2018/en/>
- 130 Anistia Internacional, *Beyond the bubble 2. Audience insights 2018* (Index: ORG 10/9839/2019).

- 131 É em parte por essa razão que a Anistia Internacional investigou o impacto da austeridade sobre o direito à saúde na Grécia e recentemente lançou um relatório, *Grécia: ressuscitação necessária – o sistema de saúde grego após uma década de austeridade*, abril de 2020, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur25/2176/2020/en/>
- 132 Counterpoint and the Public Interest Research Centre (PIRC), *Building Bridges: Connecting with values to reframe and build support for human rights*, 2016 http://counterpoint.uk.com/publications/building-bridges-connecting-with-values-to-reframe-and-build-support-for-human-rights/?_sm_au_=iVVT4PkMsFR6MSZR
- 133 Anistia Internacional, *Beyond the bubble, 11 audience insights from the communications programme*, p.17, (Index: ORG 10/7476/2017), citando pesquisas da Anistia Internacional, Fórum Econômico Mundial e PEW Research Centre.
- 134 Women's UN Report Network, *Direitos Humanos para Todos e Todas – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Manual – os DESC das Mulheres*, 23 de fevereiro de 2016, <https://wunrn.com/2016/02/handbook-human-rights-for-all-international-covenant-on-economic-social-cultural-rights-escr-womens-escr/> e Sara E. Davies, Sophie Harman e Jacqui True, Clare Wenham, *The Interpreter*, 'Por que o gênero tem importância no tocante ao impacto e recuperação da Covid-19', 20 de março de 2020, <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/why-gender-matters-impact-and-recovery-covid-19>
- 135 Ver Heartwired: *Human Behavior, Strategic Opinion Research and the Audacious Pursuit of Social Change: A Strategy Guide for Change-Makers*, <https://oe.packard.org/resource/heartwired-human-behavior-strategic-opinion-research-audacious-pursuit-social-change/>
- 136 Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia, declaração da primeira-ministra Jacinda Ardern sobre os ataques terroristas a mesquitas em Christchurch, 18 de março de 2019, <https://www.mfat.govt.nz/en/media-and-resources/ministry-statements-and-speeches/prime-minister-jacinda-arderns-house-statement-on-christchurch-mosques-terror-attack/>
- 137 Together for Yes, <https://www.togetherforyes.ie/about-us/campaign-platform-members/>
- 138 John Bargh, *Before You Know It*, Penguin Random House, 2017.
- 139 *'Mudando a nós mesmos para mudar o mundo: o mapa do caminho da Anistia Internacional para um plano de ação sobre diversidade e gênero 2011*, (Index: POL 30/009/2011), p. 9.
- 140 33ª Reunião do Conselho Internacional, circular 19: 2017 Relatório de Decisões da Reunião do Conselho Internacional (Index: ORG 50/6931/2017).
- 141 Alguns destes foram pesquisados no projeto de "modelos de ativismo", que analisa várias formas de ativismo em todo o movimento e os pontos fortes e fracos de cada forma. Ver Anistia Internacional, *Projeto de Aprendizado sobre Modelos de Ativismo*, maio de 2017, (Índice: ACT 10/6220/2017).
- 142 David Griffiths, Centre on Religion and Global Affairs, *A fé e os direitos humanos: hora de restaurar as relações diplomáticas*, <http://www.centreonreligionandglobalaffairs.org/commentary/2018/3/28/faith-and-human-rights-time-to-restore-diplomatic-relations>



*(Capa) Manifestante oferece uma flor a um policial, enquanto professores e estudantes participam de protesto reivindicando mudanças políticas imediatas. Argel, Argélia, 13 de março de 2019.
© REUTERS/Ramzi Boudina*



*Pessoas participam de um evento do Orgulho Gay reduzido em meio aos temores em relação à COVID-19. Jerusalém, 28 de junho de 2020.
© REUTERS/Ronen Zvulun*

A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 7 milhões de pessoas que fazem campanha por um mundo onde os direitos humanos sejam desfrutados por todos.

Nossa visão é que todas as pessoas desfrutem todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos.

Somos independentes de qualquer governo, ideologia, política, interesse econômico ou religião e somos financiados principalmente por nossos membros e doações públicas.

AMNESTY INTERNATIONAL
INTERNATIONAL SECRETARIAT

www.amnesty.org

e: contactus@amnesty.org
t: +44-20-74135500
f: +44-20-79561157

Index: POL50/2762/2020, Portuguese,
Atualizado em novembro de 2020

Peter Benenson House, 1 Easton
Street, London, WC1X 0DW,
United Kingdom

ANISTIA
INTERNACIONAL

